

02 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

TJ determina volta às aulas em 48h

Decisão é restrita ao 3º ano do ensino médio e exige também retorno de 30% dos servidores administrativos da Educação

Antoniele Luciano
Reportagem Local

Londrina - Uma liminar obtida pelo governo do Estado junto ao Tribunal de Justiça do Paraná, no fim de semana, determina que professores do ensino médio voltem às salas de aula dentro de 48 horas. A decisão, proferida pelo juiz de plantão Victor Martim Batschke, em despacho no início da noite de sábado, também estabelece que 30% dos servidores administrativos da Educação retornem às atividades no mesmo prazo. A multa pelo descumprimento da decisão foi estipulada em R\$ 10 mil por dia ao sindicato dos professores. A categoria está em greve desde 9 de fevereiro.

Em seu despacho, Batschke considera os riscos da paralisação para as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), vestibular e recomposição do calendário escolar. Ele não chega a analisar a ilegalidade da paralisação, como solicitou o governo do Estado em ação impetrada na última sexta-feira. Este julgamento deve ocorrer apenas depois da assembleia dos professores, prevista para a próxima quarta-feira.

No sábado, o governo do Estado informou, em nota, que "lamenta profundamente o fato do comando de greve

APP-Sindicato deve entrar com recurso contra a liminar

ve não ter honrado o que foi acordado na última reunião de negociação", dia 25. Ontem, a assessoria de imprensa do governo informou que a Secretaria de Educação orientou todas as escolas estaduais para que estejam abertas nesta segunda-feira no Paraná. A expectativa, ainda conforme a assessoria de imprensa, é de que uma nova ação fosse impetrada hoje para que a decisão de Batschke seja estendida aos demais anos da Educação Básica.

A CATEGORIA

De acordo com a APP-Sindicato, a entidade ainda não foi notificada oficialmente sobre a liminar. Inicialmente, o entendimento do sindicato era de que apenas 30% dos professores do ensino médio foram intimados a voltar às aulas. A decisão ainda precisará ser analisada pelo setor jurídico da categoria.

O presidente estadual do sindicato, Hermes Leão, antecipa, contudo, que assim que receber o comunicado deve entrar com recurso con-

tra a liminar. A princípio, o prazo de 48 horas para o cumprimento da decisão termina no dia da assembleia da categoria. "Estamos orientando professores e funcionários para que continuem na greve e pedindo também apoio de pais, para que não mandem os filhos para as escolas nestes dias", diz.

A greve, completa o professor Márcio André Ribeiro, presidente da APP-Sindicato de Londrina, deve durar, no mínimo, até a quarta-feira. "Entendemos que a atitude do governo, em romper o diálogo e partir para as vias judiciais não ajuda", assinala. Conforme Ribeiro, apesar de o governo do Estado ter apontado aceitar as reivindicações do professorado, a categoria entende que falta clareza sobre o cumprimento das demandas. "O governo diz que vai cumprir, mas não diz quando vai fazer isso", observa.

Ribeiro pontuou ainda que as escolas sequer estão estruturadas para receber alunos do último ano do ensino médio, já que ainda não se sabe quem são os professores que lecionarão para estas turmas. Ele garantiu que a categoria vai cumprir com sua parte ao final das negociações. "Os alunos não ficarão em prejuízo pedagógico, eles chegarão ao momento de fazer provas em condições, como sempre fizemos."

02 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Presos de Cambé enfrentam superlotação

Paulo Monteiro

Equipe NOSSODIA

Cambé - "Cadeirão" prestes a explodir. Hoje, a realidade na carceragem da Delegacia de Cambé é ainda mais grave que no dia 4 de março de 2014, quando 64 presos fugiram numa fuga em massa registrada no local após renderem agentes de carceragem e investigadores de plantão. Na ocasião, o espaço tinha 169 detentos. Atualmente, com capacidade para apenas 50, a superlotada cadeia mantém 180 presos.

O perigo de uma nova fuga é iminente. Para que o caso não fuja totalmente do controle, o delegado de Cambé, Jorge Barbosa, mantém os presos "livres" em pátios e corredores da cadeia. "A situação aqui é grave. A Vigilância Sanitária e promotores da Justiça Criminal já fizeram vistorias no local e constataram que ele é totalmente insalubre", revela. "A temperatura no espaço passa dos 40°C. O calor é muito alto. Além disso, há presos com doenças respiratórias. Outros com tuberculose e sarna. Enfim, o caso é sério."

Barbosa admite que transferências até ocorrem, porém não mudam a realidade no interior da cadeia. "Saem dois, três presos, mas entram outros detidos e trazidos pelas polícias Civil e Militar", explica o delegado.

Além disso, a carceragem ainda mantém mulheres presas no mesmo ambiente, mas em celas separadas.

Os problemas não cessam por aí. A Delegacia de Cambé deveria abrigar apenas detentos que aguardam julgamentos. No entanto, pelo menos 52 dos 180 já foram condenados pela justiça e ainda aguardam a transferência para penitenciárias do Paraná.

Após ser procurada pela reportagem, a assessoria de comunicação da Vara de Execuções Penais de Londrina (VEP) informou que não há previsão de mudanças em Cambé. "Não nos foi requisitado nenhuma remoção, transferências ou benefícios para presos da cidade de Cambé", disse Nelson Ymanichi, o assessor do Departamento de Execução Penal do Paraná (Depen) na VEP.

A Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária, por parte do Núcleo de Comunicação, divulgou que estuda possibilidades para a transferência de presos da Delegacia de Cambé. Da mesma forma, a secretaria está se empenhando para acelerar as obras e reformas das unidades prisionais para tirar os presos que hoje estão custodiados em delegacias de polícia.

ESPERA

Os advogados de presos escutam diariamente as reclamações dos seus clientes. "Escuto muitas queixas. Entre elas do forte cheiro, da falta de higiene, da comida. Entramos com pedidos de habeas corpus e liberdade provisória, mas que são normalmente negados pela justiça", conta o advogado Renato Aparecido.

Segundo ele, presos permanecem por longos períodos aguardando julgamentos. "Tenho um cliente que está há um ano para ser apresentado ao juiz."

01 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Para juiz, servidor da CML agiu de má-fé

Mandados de segurança buscam reverter o cancelamento de benefícios concedidos desde 2004 com as progressões por conhecimento

Loriane Comeli
Reportagem Local

Londrina - Os juízes das varas da Fazenda Pública de Londrina julgaram mais dois mandados de segurança impetrados por servidores da Câmara Municipal (CML) que buscam reverter o cancelamento de benefícios que auferiram a partir de 2004 com as progressões por conhecimento. Os pagamentos foram cancelados em setembro do ano passado para 54 funcionários após um comissão apontar que as progressões eram indevidas porque os cursos não tinham relação com a atividade desempenhada no legislativo.

Em um dos casos, o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Tomás Gonçalves, considerou, em decisão liminar proferida na última quarta-feira, que a promoção concedida em 2007 a um advogado com base na apresentação de certificados de cursos (correlatos ou não com a função) não pode ser revista pela CML porque foi atingida pela decadência. O entendimento do magistrado é de que a administração pública tem cinco anos para anular atos com efeitos favoráveis, desde que não haja

má-fé. Assim, ele determinou ao Legislativo que volte a integrar, no salário do servidor, os benefícios da promoção por conhecimento.

Já o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Marcos José Vieira, julgou o caso de um analista de informática que obteve seis graus de promoção na carreira com base em certificados de participação em cursos e palestras na área jurídica. "Ora, não sendo o impetrante (servidor) titular de cargo que exija formação jurídica para o seu exercício, é clara e patente a inexistência de pertinência temática entre as atribuições por ele exercidas e as áreas de conhecimento referentes aos títulos apresentados", escreveu o magistrado na decisão datada de quinta-feira passada.

O juiz também não acatou o argumento de que houve decadência. "Como o impetrante, para obter a progressão, juntou conscientemente certificados de participação em palestras relativas a áreas totalmente alheias às atribuições que poderia exercer na Câmara Municipal, é inegável que agiu de má-fé. Não lhe aproveita, assim, a invocação do prazo decadencial de cinco anos".

Com esses dois casos, até agora, a justiça de Londrina julgou seis mandados de segurança. Três foram decididos em favor dos servidores; dois negados; e um servidor conseguiu reaver parcialmente os benefícios. Tanto a CML quanto os servidores podem recorrer das decisões liminares.

28 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Prefeito de Terra Rica perde o mandato no TJ

Luis Fernando Wiltemburg
Reportagem Local

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná condenou o prefeito de Terra Rica (Noroeste), Devalmir Molina Gonçalves (PSL), à perda do cargo, multa de dez vezes seu salário e à suspensão dos direitos políticos ao considerá-lo culpado de improbidade administrativa em esquema montado para fraudar licitação de coleta de entulhos. Apesar do acórdão, ainda cabe recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) e, até lá, ele permanece no cargo.

Segundo denúncia do promotor Lucas Junqueira Bruzadelli Macedo feita há cinco anos, o prefeito decidiu terceirizar os serviços de coleta de entulhos para favorecer a empresa de duas filhas e uma nora do ex-vereador Waldemar Peres Rodrigues (PTB), seu aliado político. "O serviço não precisava ser terceirizado, o município tinha servidores e maquinários para o

trabalho", diz o promotor.

A empresa da família do ex-vereador, criada poucos meses antes do início do mandato, foi a única a participar do certame. Além disso, não houve publicação em jornal de circulação estadual, apenas em veículo local de pequeno alcance, e a Lei Orgânica do Município veda qualquer contratação de empresas de familiares de parlamentares com a administração pública.

Após o início da ação, o prefeito anulou o processo licitatório antes de qualquer pagamento. "Ainda assim, à luz da legislação, houve o ilícito com a assinatura do contrato", defende Macedo. Gonçalves foi absolvido em primeira instância, mas a sentença foi reformada no TJ ao julgar apelação cível do MP.

O prefeito responde a oito ações judiciais referentes à sua administração e já foi condenado em três. Ele e seu advogado não foram encontrados na tarde de ontem para comentar a decisão.

28 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Governo solicita liminar para encerrar greve

PGE alega que paralisação dos professores seria ilegal, já que reivindicações estão sendo atendidas "dentro das possibilidades"

Diego Prazeres
Reportagem Local

Londrina - O Governo do Estado decidiu encerrar as negociações com os professores e servidores da rede pública de ensino e ontem entrou com pedido de liminar no Tribunal de Justiça (TJ) para que a greve iniciada há 20 dias seja encerrada.

Segundo informações da assessoria da Casa Civil, na petição a Procuradoria Geral do Estado solicita o início imediato das aulas para esta segunda-feira, argumentando que como há uma negociação em curso e as reivindicações em pauta "estão sendo atendidas dentro das possibilidades do governo", não há uma "justificativa legal" para que a paralisação continue. A expectativa da PGE era que a liminar fosse julgada ainda ontem.

A direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública (APP Sindicato) disse que ainda não havia sido notificada da ação até o início da noite, mas adiantou que caso a liminar fosse concedida pelo TJ o departamento jurídico da

entidade entraria com recurso. A APP Sindicato já havia marcado para a próxima quarta-feira, dia 4 de março, nova assembleia geral em Curitiba para discutir as propostas encaminhadas pelo governo.

Na última quarta-feira, quando houve a terceira rodada de negociações entre a categoria e o Executivo, o chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra (PSD), já sinalizava com o esgotamento da pauta e disse que o governo estava pronto para que as aulas começassem na próxima segunda-feira.

O secretário de comunicação da APP Sindicato, Luiz Fernando Rodrigues, disse que o pedido de liminar "é reflexo de um governo que não sabe negociar, tanto que o governador não apareceu em nenhuma das rodadas de negociação".

"Há um clima de desconfiança em relação ao governo. Eles estão falando em reenviar à Assembleia o projeto do ParanaPrevidência, que retira nossos direitos, e nós não sabemos em que condições. A greve é legal, foi deflagrada em assembleia, e as propostas

apresentadas pelo governo serão discutidas também em assembleia, conforme prevê a lei", afirmou. O sindicalista disse que mesmo que fosse determinado o retorno às aulas na segunda-feira, as escolas estaduais não estariam prontas. "Faltam professores e funcionários no nosso quadro efetivo que o governo ainda não repôs", apontou.

28 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Promovido a desembargador

Na magistratura há 25 anos, Mário Nini Azzolini, que ocupava vaga de juiz de Direito substituto em Londrina, foi promovido ao cargo de desembargador. Ele tomou posse esta semana em cerimônia no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Natural de Curitiba, Azzolini, 58 anos, atuava em Londrina desde 1995. Antes disso, passou pelas comarcadas de Campina da Lagoa, Ivaiporã e Cascavel.

INFORME

Novo procurador-geral da AL

O advogado Ramon de Medeiros Nogueira é o novo procurador-geral da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná. Ele foi nomeado pela Comissão Executiva da AL na última segunda-feira. O ato de nomeação foi publicado na edição nº 810 do Diário Oficial da Assembleia. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1995, Ramon Nogueira é mestre em Direito Comercial pela PUC de São Paulo desde 2001, foi professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito de Curitiba (1999/2009), chefe de Departamento de Direito Privado da mesma instituição (2003/2005) e professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade Tuiuti do Paraná (2001-2003). No período de 2008 a 2010 atuou como procurador-geral do Tribunal de Justiça Desportiva e foi diretor jurídico da Sanepar, de janeiro a agosto de 2011.

OPINIÃO DO LEITOR

Auxílio-cônjuge

Com relação ao reajuste dos infindáveis benefícios e a aprovação de mais um - do auxílio-cônjuge - só resta qualificar os deputados federais de inúteis!

LUIZ ALBERICO PIOTTO (servidor público) - Cambé

28 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Disputa judicial pode aumentar tarifa em Londrina

Empresa obteve decisão favorável na Justiça, que encareceria em R\$ 0,22 o valor da passagem. Prefeitura vai recorrer

Viviani Costa

Reportagem Local

Londrina - A tarifa do transporte coletivo de Londrina, hoje em R\$ 2,95, pode ser reajustada em breve após decisão do juiz Marcos José Vieira, da 1ª Vara de Fazenda Pública. Uma das empresas, a Transportes Coletivos Grande Londrina (TCGL), obteve decisão favorável para que haja mudanças na forma de cálculo do valor da passagem. A decisão condena o município ao pagamento de aproximadamente R\$ 34 milhões pelas irregularidades na definição da tarifa nos últimos anos.

Conforme decisão judicial publicada na última quarta-feira, o município teria desrespeitado o cálculo do chamado "lucro líquido", previsto no contrato firmado entre a Prefeitura de Londrina e a TCGL em 2004. Segundo uma das cláusulas, o lucro líquido de 7,5% a 10% teria que incidir sobre o valor final de todos os custos previstos na planilha do transporte coletivo. Com isso, a tarifa teria que ser reajustada para, no mínimo, R\$ 3,17.

O embate judicial ocorre desde 2008. A Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) é a res-

ponsável pelos cálculos da tarifa, que são acompanhados pelo Ministério Público de Londrina. Na ação judicial, a CMTU alega que "na composição da tarifa, já teriam sido estimados 5% de 'custo de capital' mais 7% de 'depreciação do capital investido', totalizando 12%", índice já repassado à empresa. Caso o lucro líquido também fosse aplicado, a companhia alega que haveria dupla lucratividade e desequilíbrio contratual, além do dano ao interesse público.

No entanto, a perícia judicial analisou o contrato e as formas de cálculos dos últimos anos e identificou irregularidades. Além do índice repassado à TCGL, na avaliação da perícia, a empresa teria direito também ao chamado lucro líquido. Dessa forma, os argumentos apresentados pelo município "não têm sustentação".

Além do pagamento dos prejuízos à empresa, o município foi condenado a incluir os índices de lucro líquido no próximo reajuste tarifário. O procurador geral, Paulo César Gonçalves do Valle, destacou que a prefeitura defende a lucratividade pela administração dos serviços de forma eficiente.

"Fomos intimados hoje (ontem) para recorrer da decisão e faremos isso. O valor da multa é inviável e temos uma perícia feita pelo poder público que diverge desse entendimento", declarou, ao se referir aos estudos técnicos realizados pelo Ministério Público que atestaram a legalidade do cálculo da tarifa. O promotor de Defesa do Consumidor, Miguel Sogaier, e os representantes da TCGL preferiram não comentar o assunto.

28 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Novos suspeitos revelados no Gaeco

Viviani Costa

Reportagem Local

Londrina - A tarde de ontem foi de intensa movimentação na sede do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Vítimas de crimes sexuais, testemunhas e o fotógrafo e ex-assessor da Casa Civil do Paraná Marcelo Caramori deram novas declarações e detalhes que ajudaram na investigação conduzida pelo grupo desde janeiro em parceria com a 6ª Vara Criminal de Londrina. O Gaeco e a promotoria apuram crimes ligados a uma suposta rede de exploração sexual de adolescentes.

Caramori foi conduzido da Penitenciária Estadual de Londrina 2 (PEL 2) até o Ministério Público, onde permaneceu por aproximadamente quatro horas. Ao deixar o local, ele encobriu o rosto e preferiu não falar com a imprensa. O advogado Leonardo Vianna informou que Caramori está contribuindo com a apuração dos fatos e deve prestar novo depoimento na segunda-feira. "Ele foi chamado para dar esclarecimentos em relação à conduta dele. Tudo aquilo que interessar à Justiça e ao Gaeco ele vai, oportu-

amente, esclarecer. Ele quer contribuir", revelou.

Quando questionado sobre a possibilidade de um novo acordo de delação premiada, o advogado informou apenas que as negociações estão em andamento. A suposta aliciadora Carla de Jesus, que acertou um acordo, obteve liberdade provisória e deixou a prisão nesta semana.

A promotora da 6ª Vara Criminal de Londrina, Susana de Lacerda, não descartou a possibilidade de estabelecer um novo acordo com o fotógrafo. "Ouvimos novas vítimas, novas pessoas, estamos retomando alguns depoimentos, em razão das vítimas estarem envolvidas com outros usuários e outros aliciadores. Pessoas que não haviam surgido no início das investigações surgem agora", declarou.

O Ministério Público deve oferecer três novas denúncias até segunda-feira. Sete inquéritos já foram concluídos pelo Gaeco. O auditor da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza, o ex-delegado regional da Receita Estadual de Londrina José Luiz Favoreto Pereira e o investigador da Polícia Civil Jefferson Pereira dos Santos permanecem presos.

28 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Presos são liberados por falta de escolta

Celso Felizardo
Reportagem Local

Matinhos - A Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) informou ontem que abriu um procedimento disciplinar para investigar a falta de escolta policial que, nesta quinta-feira, resultou na liberação de um casal indiciado pelo crime de homicídio. Eles estavam presos na Penitenciária de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), e seguiriam para uma audiência em Matinhos, no Litoral.

A decisão de soltar os presos foi tomada pelo juiz da Vara Criminal do Fórum de Matinhos, Ricardo Lopes. De acordo com a polícia, o rapaz de 19 anos confessou ter matado um homem a pedido da namorada. A decisão gerou revolta popular e das próprias autoridades policiais responsáveis pela prisão. Por meio de nota, a Sesp afirmou que “considera inadmissível a falta de escolta de presos e a consequente soltura dos detentos suspeitos de homicídio”.

O juiz disse que a reação popular é “compreensível” por se tratar de um crime grave, porém justificou que não pode ignorar o que estabelece a Constituição Federal. Lopes explicou que a prisão preventiva é uma ferramenta jurídica para manter um suspeito preso antes do julgamento, mas lembrou que esse recurso tem um prazo limite. “O

prazo máximo é de 81 dias e eles já estavam presos havia cinco meses, por culpa exclusiva do Estado. Então, tivemos que reconhecer o constrangimento legal e conceder a liberdade”, expôs.

Lopes relatou que foi informado que a falta da escolta ocorreu pelo corte de diárias de viagens aos policiais. “Hoje recebi a informação oficial que as viagens para escoltas deverão ser retomadas na semana que vem, mas durante o julgamento nem prazo havia”, contou. A nota da Sesp também garantiu que na sexta-feira o governo estadual já havia liberado R\$ 4 milhões para diárias aos policiais e bombeiros.

A próxima audiência está marcada para 15 de maio, mas Lopes informou que a data pode ser antecipada. Serão ouvidas testemunhas e será definido se os réus vão a júri popular. Até lá, o casal responde em liberdade por homicídio qualificado.

◉ CASO

O crime foi cometido no centro de Matinhos, em setembro do ano passado. Toda a ação foi registrada por uma câmera de segurança. A vítima, um homem de 55 anos, foi surpreendida pelo rapaz, que o atacou com vários golpes de faca nas costas. A namorada, que seria a mandante, aparece assistindo o crime e em seguida fugindo com o namorado.

Governo aciona Justiça pelo fim da greve

Ação pede que o Judiciário considere ilegal a paralisação. Palácio Iguazu espera decisão ainda no fim de semana

*Felipe Anibal, Rogério
Waldrigues Galindo
e Diego Ribeiro*

O governo do Paraná e os educadores da rede estadual de ensino — em greve desde o dia 9 de fevereiro — endureceram, ontem, seus respectivos posicionamentos diante da paralisação. O Palácio Iguazu entrou com uma ação junto ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) pedindo que a greve seja declarada ilegal. Os líderes do movimento grevista, por sua vez, publicaram uma nota exigindo a retomada das negociações e orientando a categoria de que a paralisação continue.

O objetivo do governo é conseguir uma liminar, ainda neste fim de semana, para forçar o início das aulas já na próxima segunda-feira (2). Segundo o secretário-chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra (PSD), a via judicial foi adotada porque a governo considera que atendeu a todas as reivindicações apresentadas pelos educadores e que, portanto, não haveria razões para a manutenção da greve. “Não tem motivo para a paralisação continuar. Nós avançamos além da pauta inicial. A greve extrapolou a questão reivindicatória.

Agora, o que temos, de fato, é um movimento puramente político”, disse.

Oficialmente, o Palácio Iguazu não revela os argumentos da ação judicial. Extraoficialmente, no entanto, a *Gazeta do Povo* apurou que a Procuradoria-Geral do Estado alega que os pedidos iniciais dos professores e funcionários foram atendidos — com compromissos firmados oficialmente pelo governo — e que a greve prejudica os 970 mil alunos que há três semanas estão sem aulas. Até o fechamento desta edição, o Judiciário não havia decidido nada sobre o pedido.

Paralelamente, o governo do estado correu para preparar as escolas para o início do ano letivo. Ao longo da semana, professores temporários — contratados via Processo Seletivo Simplificado (PSS) — foram chamados aos núcleos regionais de ensino, para deixarem a documentação em dia. Ficaram de sobreaviso.

“Fizemos uma videoconferência com os chefes de núcleo. Todos estão aptos para entrar em aula já na segunda-feira. Evidentemente que não teremos adesão de 100%, porque os grevistas estão espalhando que não vai ter aula. Mas temos plenas condições”, garantiu Sciarra.

Outro lado

A APP-Sindicato, que representa os educadores estaduais, soube, pela reportagem, do ajuizamento da ação que pede a ilegalidade da greve. A informação foi mal recebida pelos sindicalistas. “A gente avalia que optar pelo caminho de judicializar é algo

para acirrar o descontentamento e a desconfiança da categoria para com o governo. Entrar com ação é jogar um galão de gasolina sobre um incêndio”, disse o presidente da entidade, professor Hermes Silva Leão.

Antes disso, o comando de greve havia publicado uma nota destacando a necessidade de a categoria continuar com a paralisação. Uma assembleia está marcada para quarta-feira (4), quando os professores devem votar se optam pela continuidade ou pelo fim da greve.

ILEGAL

Nesta semana, o governo do Distrito Federal conseguiu, em uma ação semelhante, que a greve dos professores fosse considerada ilegal pela Justiça. Ao responder a ação movida pelo governo, o Tribunal de Justiça local decidiu pela interrupção da paralisação, determinando o retorno imediato das aulas.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

28 FEV 2015

Quatro universidades decidem manter paralisação

Antonio Senkovski

❶ Técnicos e professores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e da Universidade Estadual de Maringá aprovaram, ontem, a manutenção da greve das categorias. Ocorreram ainda assembleias na Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro) e na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Nestas duas últimas, há quatro sindicatos. Uma entidade sindical de cada instituição aprovou ontem a continuidade da greve, mas ainda faltam duas, que terão deliberações na segunda-feira (2).

Em todas as instituições que fizeram assembleias ontem, os dirigentes sindicais resumiram em uma palavra o principal motivo de a greve prosseguir: desconfiança. O presidente do Sindicato dos Professores da Unioeste, Antônio Bosi, foi categórico. "Nenhum dos servidores presentes na assembleia confia nesse governo." Na UEM, a secretária-geral do sindicato dos docentes citou outro ponto fundamental para a manutenção da greve nas universidades: "o governador não pode obrigar a gente a fazer um projeto [alteração da Paraná Previdência] em um momento de asfixia econômica, que ele mesmo se colocou."

Na maioria das assembleias, a discussão foi bastante acalorada. A Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e a Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp) terão assembleias na próxima semana.

"Nossa avaliação é de que tem como rever posições econômicas do estado e administrar os recursos de uma outra forma"

Hermes Leão Silva presidente da APP-Sindicato

"Agora não tem mais conversa", diz Sciarra

❶ O secretário-chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra (PSD), confirmou ontem que o governo do estado encerrou definitivamente as negociações com os professores e servidores da rede estadual de ensino. Para ele, o sindicato da categoria foi intransigente ao não querer pôr fim à greve, mesmo após as partes terem chegado a um suposto acordo na última quarta-feira.

"A retomada das negociações está totalmente descartada. Não vamos nem mais responder [ao sindicato]. Agora não tem mais conversa", afirmou Sciarra. "Não vamos recuar daquilo que nos comprometemos, mas também não vamos avançar mais", ratificou.

Horas antes, o comando de greve havia publicado uma nota em que exigia que o governo retomasse as negociações. Segundo o comunicado, "as propostas apresentadas são insuficientes para reverter o caos instalado no 'pior início do ano letivo' de nossa história". A APP-Sindicato ressalta que as reivindicações da categoria não foram integralmente acatadas, principalmente as que dizem respeito a aspectos financeiros. (FA)

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**Governador está
em baixa com os
professores, diz APP**

Carolina Pompeo

28 FEV 2015

A palavra do governador Beto Richa (PSDB) está em baixa entre trabalhadores da rede estadual de educação. De acordo com Hermes Leão Silva, presidente da APP-Sindicato, que representa a categoria, educadores e funcionários sentem um descrédito muito grande em relação ao que é proposto e dito pela administração estadual. "Porque o governo não cumpre o que é assumido durante as tratativas, já não cumpriu em outras ocasiões", explica, lembrando de acordos firmados em 2012 e registrados em atas que não se concretizaram.

Além do receio de que os acordos sejam descumpridos, os educadores consideram as propostas insuficientes para encerrar a paralisação. Entre as reivindicações que não foram tratadas a contento pelo governo estão a implementação dos direitos de promoção e progressão de carreira e o pagamento imediato das férias. "As propostas foram recebidas de forma negativa, porque não se explicou de maneira satisfatória como os pagamentos atrasados serão quitados e ainda há a questão do despreparo das escolas para receber os alunos. Nossa avaliação é de que tem como rever posições econômicas do estado e administrar os recursos de uma outra forma sem que a educação sofra tantos cortes como aconteceu no início do ano", sustenta Hermes.

Pesa ainda o fato de que o governador não participou de nenhuma reunião realizada entre representantes sindicais e o governo. "O chefe da Casa Civil é quem fala pelo governador, mas é a palavra do Beto Richa que nos interessa e hoje ela não tem valido muito", diz o presidente da APP-Sindicato.

28 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Justiça endurece para liberar bloqueios

Autos de infração aplicados contra grevistas poderão ser revertidos em multas judiciais por obstrução de BRs

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

O governo obteve, na Justiça, uma vitória que ajuda a estratégia de reprimir o movimento grevista dos caminhoneiros que ainda paralisa as estradas do país. A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu reverter em multas judiciais todas os autos de infração aplicadas aos caminhoneiros pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) por obstrução das rodovias. A AGU já obteve liminares em todos os estados do país para a aplicação das multas, que podem chegar a R\$ 50 mil por hora, como decidiu uma juíza da Bahia. Na média, essas multas variam entre R\$ 5 mil e R\$ 10 mil.

O governo também obteve liminares que permitem à Polícia Rodoviária Federal (PRF) e à Força Nacional de Segurança desobstruir qualquer estrada, federal ou estadual, em qualquer ponto do país. Com isso, o governo acabou com a manobra dos caminhoneiros que faziam a paralisação em um ponto e trocavam o local da interdição assim que era expedida uma liminar de desocupação para aquele ponto, para não terem de pagar as salgadas multas.

No início da noite de sexta-feira (27), o governo contabilizava 56 pontos de estradas paralisadas em quatro estados — Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. No dia anterior, eram 98 pontos em seis estados. De posse desses dados, o governo reitera que o movimento está cedendo.

A presidente Dilma Rousseff está sendo informada da evolução da situação em todo o país e os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Secretaria Geral da Presidência, Miguel Rossetto, foram destacados para acompanhar de perto e resolver os problemas que forem surgindo.

Via Dutra

Apesar do intenso monitoramento, alimentado também pelos órgãos de inteligência estaduais e federal, o governo foi surpreendido com a paralisação da Via Dutra, nesta sexta-feira (27), que provocou um enorme transtorno na principal ligação rodoviária entre São Paulo e Rio de Janeiro.

Com o maior rigor para fazer pesar no bolso dos caminhoneiros, com aplicação das altas multas, o governo aposta que, aos poucos, as paralisações vão minguar.

Mas ninguém quer arriscar fixar prazos, ainda mais que muitas lideranças começaram a se manifestar avisando que discordavam do acordo feito pelo governo com pessoas que não consideravam seus representantes.

“A sensação dos inspetores de toda a Polícia Rodoviária

Federal é de que o movimento está se esvaziando”, disse Regina Miki, secretária nacional de Segurança Pública.

No fim da tarde desta sexta-feira, o Rio Grande do Sul tinha 27 pontos paralisados, ante 41 da noite anterior. Em Santa Catarina, recuaram de 15 para 12 e no Paraná, de 21 para 12. Já Mato Grosso manteve estradas fechadas em nove locais.

ESTADUAIS

A Procuradoria-Geral do Paraná (PGE) ingressou nesta sexta-feira (27) com um pedido de liminar para a liberação de rodovias estaduais bloqueadas pelos caminhoneiros. Caso a Justiça do Paraná dê a decisão como favorável, o que não foi confirmado até o fechamento desta edição, os motoristas que impedirem a passagem de veículos poderão pagar multa de, no mínimo, R\$ 5 mil por dia. Segundo o último boletim da Polícia Rodoviária Estadual, das 17 horas, havia 44 rodovias estaduais bloqueadas em todo o Paraná.

28 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Atraso em pagamentos terá multa diária de R\$ 1 milhão

Antonio Senkovski

O Sindicato das Empresas do Transporte Coletivo de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp) passará a ser multado em R\$ 1 milhão por dia de atraso no pagamento de obrigações trabalhistas. A decisão foi comunicada ontem pela desembargadora Ana Carolina Zaina, que presidiu a audiência de negociação salarial da data-base de motoristas e cobradores (que ocorre em fevereiro) no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em Curitiba.

Na decisão, a desembargadora acata um pedido do Ministério Público do Trabalho (MPT), que pediu a aplicação da multa no caso de inadimplência quanto ao pagamento dos salários. O atraso no pagamento do adiantamento quinzenal dos trabalhadores desencadeou a paralisação no transporte público da capital e região metropolitana no fim de janeiro.

Reajuste

Durante a audiência de ontem no TRT, os patrões apresentaram uma proposta de reajuste salarial de 7,13%. Representada pelo Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc), a categoria pede um aumento de 12,8%. Mesmo assim, uma assembleia dos trabalhadores será realizada na quarta-feira (4) para saber se eles aceitam ou não a proposta, mais de 5 pontos percentuais abaixo do reivindicado. Na quinta-feira (5), ocorrerá uma nova audiência no TRT, a partir das 14 horas.

FINANÇAS

Urbs, Setransp e Comecv vão se reunir de segunda-feira (2) a quarta-feira (4) para discutir uma saída para as contas da Rede Integrada de Transporte.

Estações-tubo

A desembargadora também determinou à Urbs que, na audiência de quinta-feira, seja apresentada uma solução para a adaptação de estações-tubo. Trabalhadores reclamam que não há conforto térmico e que o local não possui banheiros para os cobradores usarem durante seus turnos de trabalho. A solução para estes problemas foi outro pedido do MPT.

Decisão impede que grevistas ocupem prédios do Detran-PR

Uma decisão da Justiça impede que os servidores do Detran-PR em greve ocupem as sedes do órgão em todo o estado. A informação foi divulgada pelo próprio Detran na tarde de ontem (27), dia em que a paralisação chegou ao décimo dia. Segundo a autarquia, a proibição vale tanto para a ocupação das sedes quanto para garantir que funcionários que não integrem o movimento de greve possam trabalhar. A decisão prevê multa diária em caso de descumprimento.

Os grevistas teriam impedido a entrada de usuários no posto de atendimento do bairro Hauer, em Curitiba, ontem pela manhã. Também foi registrado problema semelhante nas Circunscrições Regionais de Trânsito (Ciretrans) do interior. A reportagem tentou entrar em contato com os membros do sindicato que representa a categoria ontem. Mas, até o fechamento desta edição, ninguém havia atendido às ligações.

A soberania contestada

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial vimos presenciando uma evolução no trato dos direitos humanos. Cortes Internacionais de Direitos Humanos, declarações e pactos internacionais prestigiam o direito à vida, alçando-a como um dos bens jurídicos individuais mais valiosos a serem tutelados pelo Direito. O Direito Internacional Humanitário jamais se afastou das questões morais, sempre associadas à busca de limites para os sofrimentos causados (historicamente) pelas guerras.

Entretanto, nos países onde a pena de morte ainda é prevista como reação a crimes praticados contra a saúde pública, a exemplo do tráfico de drogas, verifica-se uma desproporcional e desvirtuada aplicação do Direito Penal. No caso da Indonésia, o que se vê é uma injustificável intransigência quanto ao tratamento dispensado aos casos de tráfico internacional de drogas. É certo que as diferenças culturais observadas são muito fortes e que os critérios de justiça não são os mesmos, mas não se pode invocar a soberania como justificativa para o cometimento de tamanha brutalidade. Sob o aspecto do sistema internacional de direitos humanos, uma solução radical, cruel e injusta.

Lamentavelmente, notícias dão conta de que outro brasileiro, o paranaense Rodrigo Gularte, preso e condenado à pena máxima na Indonésia, em breve poderá ser executado. No caso de Rodrigo, há uma questão peculiar que tornaria eventual execução ainda mais desumana. Ele sofre de uma doença mental grave e a família, juntamente com advogados locais, tenta que ele seja transferido para um hospital psiquiátrico para receber o tratamento adequado, como substituição necessária à execução da pena imposta. De fato, o laudo médico pericial emitido neste mês pelo médico Nono Rasino dá conta de que Rodrigo sofre de "esquizofrenia paranoica", recomendando imediato tratamento.

No Brasil, quando no curso da execução da pena sobrevém doença mental ao condenado, o juiz tem o dever de converter a pena em medida de segurança. A medida de segurança não deixa de ser uma sanção penal. Ela preserva o sentenciado e o trata. Nos demais países da América Latina não é diferente. Na Europa, desde o século 19 as medidas de segurança aparecem como mecanismo eficaz de defesa social. Antes de se configurar em castigo, deve-se levar em conta a finalidade de correção da resposta penal, seja pelo tratamento dos inimputáveis, seja pela segregação.

Se, enquanto esperava o desfecho de seu processo, sobreveio a Rodrigo Gularte doença grave que lhe afetou a higidez mental, o caminho humanitário e adequado é a internação para tratamento. Do contrário, estar-se-á legitimando uma opção político-criminal absolutamente irracional, violenta e desastrosa.

Seja qual for o país, a legislação que aplica ou a nacionalidade do imputado, em casos semelhantes a flexibilização da soberania estatal é medida que se impõe. Não se pode admitir fragilidades no sistema garantidor dos direitos humanos nos dias atuais. Daí porque em casos de violações aos direitos humanos, em todas as formas de sua manifestação, existe o dever dos Estados de buscar sua repressão.

Não se está a defender o crime, e tampouco a impunidade. A medida de segurança também é resposta de satisfação à sociedade. Demonstração estatal em defesa de bens jurídicos consagrados pela lei, mas de forma a preservar o condenado doente de uma pena desvirtuada de sua finalidade. Diante de tudo, impõe-se que, de alguma forma, torne-se público o repúdio à intolerância e ao radicalismo defendido pelo governo indonésio, contrapondo-se a toda a evolução internacional de proteção de direitos.

Gabriel Medeiros Régnier é advogado.

28 FEV 2015

GAZETA DO POVO

PGR critica "imunidade" a governadores

BRASÍLIA
Agência O Globo

Os governadores citados na Operação Lava Jato devem contar com "imunidade" no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em razão da necessidade de as Assembleias Legislativas autorizarem previamente a abertura de ações penais, segundo procuradores da República que cuidam especificamente desses casos.

Integrantes da Procuradoria-Geral da República (PGR) apontam um "tratamento desigual" a esse grupo de investigados, uma vez que para os outros políticos citados, cuja instância será o Supremo Tribunal Federal (STF), não haverá "blindagem".

Autorização

A instauração de processo penal contra um governador, que é acionado no STJ, e não no STF, depende de autorização prévia de dois terços da Assembleia Legislativa. No último dia 12, o STF vol-

tou a apreciar ações diretas de inconstitucionalidade contra a medida, prevista em leis estaduais. Os ministros não enxergaram ilegalidade.

A PGR fez uma sustentação em que se posicionou contra a necessidade da aprovação prévia. Via de regra, as Assembleias Legislativas são dominadas por uma maioria governista e rejeitam as investigações. Até hoje, a Assembleia de Rondônia foi a única que autorizou ação penal contra um governador, o hoje senador Ivo Cassol (PPRO).

Citados

As petições relacionadas à Lava Jato que tramitam no STJ tratam de citações ao governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), ao governador do Acre, Tião Viana (PT), e ao ex-deputado e ex-ministro das Cidades Mário Negromonte, conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) da Bahia.

Os pedidos de inquérito ou de arquivamento serão feitos pela PGR a partir dessas petições. Os casos da Lava Jato no STJ se restringem a esses três, segundo investigadores que atuam na análise das delações premiadas.

AÇÃO PENAL

Sérgio Moro ouve testemunhas de defesa da Camargo Corrêa

Kelli Kadanus

O juiz federal Sérgio Moro ouviu nesta sexta-feira (27) as testemunhas de defesa dos executivos da Camargo Corrêa. As oitivas fazem parte da ação penal que acusa os executivos da empresa e da UTC de irregularidades em contratos com a Petrobras.

Segundo Celso Vilardi, advogado que representa a Camargo Corrêa, a audiência foi positiva para a defesa dos acusados.

"As testemunhas que foram ouvidas demonstraram um pouco das funções que cada um dos executivos exerceu e os cargos que eles exerceram ao longo do tempo", explicou o advogado.

"Isso foi muito importante porque a denúncia coloca os executivos da Camargo Corrêa desde 2005 como se eles só tivessem ocupado uma função relativa à Petrobras. Um deles, por exemplo, nem sequer ocupou um cargo relacionado à Petrobras e outros ocuparam em determinados momentos do tempo", disse Vilardi.

As testemunhas também esclareceram como são feitos os orçamentos da Camargo Corrêa. Outra audiência para oitivas das testemunhas de defesa dos executivos está marcada para a próxima quinta-feira (5) pela manhã.

Oitivas

A audiência desta sexta-feira (27) foi a segunda da bateria de oitivas de testemunhas de defesa dos executivos denunciados em decorrência da sétima fase da Lava Jato, de novembro. Essas audiências seguem pelo menos até o dia 27 de março.

28 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Obituário

Adelina Ana Sponholz

95 anos. Profissão: do
lar. Filiação: Luiz
Sponholz e Ida
Sponholz.

Sepultamento às 10h,
na Comunidade
Evangélica Luterana.

Como Nero, eles tocam lira

Ninguém duvida que o circo está pegando fogo. Aqui no Paraná de Beto Richa, em muitos outros estados e no país de Dilma Rousseff. Mas o que mais espanta é o comportamento daqueles que também têm responsabilidades pela calamidade vigente. Assemelham-se ao tresloucado imperador Nero que tocava lira enquanto contemplava Roma sendo consumida pelo incêndio que ele próprio ordenara.

Assim, apesar do sufoco de caixa e dos sacrifícios impostos à população para participar do esforço em favor de um suposto saneamento das contas públicas...

● Os deputados federais instituem a bolsa-avião para as esposas e/ou companheiros(as) de suas excelências. As madas agora podem ir e voltar de Brasília para suas cidades às custas do contribuinte.

● Os deputados estaduais do Paraná tentaram (mas em seguida recuaram) inflar as verbas de gabinete para cerca de R\$ 120 mil mensais, dinheiro também do contribuinte que os parlamentares podem usar para contratar até 23 assesso-

res e pagar despesas como restaurantes, correio, telefone etc. Com o recuo, terão direito a pouco menos de R\$ 100 mil.

● O Tribunal de Contas do Paraná estende para seus próprios conselheiros, auditores e procuradores o auxílio-moradia de R\$ 4,3 mil mensais.

● A Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) requer ao Tribunal de Justiça que pague retroativamente cinco anos de auxílio-moradia.

● A presidente Dilma Rousseff joga a culpa da corrupção atual na Petrobras para a década de 90, quando Fernando Henrique governava o país.

● Em praça pública, um dia depois que petistas espancaram manifestantes no Rio, Lula convoca o “exército do Stédile” (mentor do MST) para dar combate aos críticos da corrupção, aos que gritam “fora Dilma” e aos que, na sua visão, querem destruir a Petrobras.

● O juiz que apreendeu bens de Eike Batista passa a usar o Porsche de meio milhão do falido empresário; o piano, de R\$ 85 mil, ele emprestou para o vizinho, que reclamou que o instrumento estava desafinado.

Haja coração!

Enquanto isso, na terra das araucárias, o governador Beto Richa também se mostra hábil no manejo das cordas da sua lira particular. Certamente já seguindo instruções do marqueteiro contratado, joga para a plateia com o anúncio de que o próprio salário e o dos secretários permanecerá congelado por um ano — gesto ventoso e simbólico que em nada “refresca” o fogaréu que ele deixou prosperar no primeiro mandato.

Apela também à mídia para se penitenciar dos “erros” que cometeu — mas ainda assim, embora tenha recuado em alguns pontos do pacote de maldades que atingiria especialmente os educadores, reafirma sua intenção de lançar mão dos R\$ 8 bilhões que os servidores de pro-

sitaram na Paranaprevidência. Seu secretário da Fazenda, Mauro Ricardo, um crítico da gestão passada (de Richa) diz que é quase tudo quanto sobra para equilibrar as contas.

A credibilidade do governador provavelmente não deve ter melhorado após a entrevista que concedeu à *Folha de S. Paulo*, publicada na última sexta-feira (27). Nela, Richa afirma que se as finanças estaduais estão ruins foi em razão de sua coragem em peitar gastos maiores do que podia pagar.

“O que interessa para a população são as obras. As dívidas nós vamos administrando”, disse ele à *Folha*. Por isso, pôs na conta das obras realizadas — e não na imprudência — o rombo nas contas. Citou uma obra: a duplicação da PR-445, no Norte do estado — uma PPP rodoviária tocada pela construtora Triunfo a ser paga pelo pedágio a ser recolhido dos usuários.

Não seria o caso de chamar os bombeiros em vez de tocar lira?

CONTINUA

01 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

CONTINUAÇÃO

Dúvida cruel 1

Primeiro titular da Secretaria de Segurança Pública, no mandato anterior de Richa, o delegado federal Reinaldo de Almeida Cesar foi quem tomou a iniciativa de criar o Funesp (Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná). A ideia do fundo, alimentado por repasses do Detran, era a de complementar o esqualido orçamento da secretaria, sempre insuficiente para atender às demandas do combate à criminalidade.

Dúvida cruel 2

Pois bem: Reinaldo está agora inconformado com a decisão do ex-chefe de transferir os recursos do Funesp para o caixa único do estado. E lança uma dúvida cruel: "Daqui a pouco, um novato da faculdade de Direito, analisando este temerário movimento do governo, vai dizer que isto se trata de improbidade administrativa ou infração político-administrativa. Em português claro, crime de responsabilidade", diz o ex-secretário.

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

01 MAR 2015

Auxílio-moradia¹

O auxílio-moradia é distribuído apenas a uns poucos privilegiados do serviço público, o que pesa sobre a situação em que vivemos. Não dá mais para todo o restante do país pagar para que juizes, desembargadores, promotores, procuradores, conselheiros e auditores do Tribunal de Contas vivam com tantas regalias. Eles já tiveram aumento de salário; o auxílio-moradia – que era proposto como recuperação salarial – perdeu o sentido. Temos a obrigação moral de ser contra essa posição das autoridades. Eles resolvem premiar alguns e cobrar essas benesses do restante da população paranaense.

João Augusto Moliani, professor da UTFPR

Auxílio-moradia²

Muito já se criticou a forma como se concede o auxílio-moradia, pois deveria ser destinado aquele servidor que, fora de seu domicílio, terá que pagar aluguel. Mas ele é concedido indiscriminadamente, até para aqueles que residem em seu próprio imóvel. Nem tudo que é legal, é moral. É de revoltar o cidadão comum; aqueles que, como os professores e os demais servidores públicos, estão situados na categoria com salários que não se aproximam do valor desse auxílio. Para completar o festival com o dinheiro público, vem agora o Tribunal de Contas e implanta o auxílio de R\$ 4,3 mil a cada conselheiro e auditor. Esse valor representa aproximadamente dois a três meses de salário de um professor. E enquanto isso, o governo estadual pensa em cortar algumas vantagens que o funcionalismo.

João Candido de Oliveira Neto

Auxílio-moradia³

Os membros do Tribunal de Contas do Paraná devem viver em outro estado, o qual é cheio de recursos. A decisão do tribunal é uma afronta ao povo paranaense. Aquele que luta para pagar as suas contas em dia. É lamentável que os membros desse órgão não se preocupem de onde virá a verba para o benefício. São muito bem remunerados, além de que muitos ocupam esses cargos por indicação política.

Helio Ishida

NOTA POLÍTICA

Procurador-geral

O advogado Ramon de Medeiros Nogueira é o novo procurador-geral da Assembleia Legislativa do Paraná. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1995, Ramon Nogueira é mestre em Direito Comercial pela PUC-SP. Foi também diretor jurídico da Sanepar de janeiro a agosto de 2011.

FRASE

“Não há qualquer cabimento em depositar bens no edifício particular do próprio magistrado”

Guilherme Couto de Castro, desembargador federal, sobre o uso de carro de Eike Batista por juiz.

GASPARI

Cota do PMDB

Na roda de fogo para segurar a votação da PEC da Bengala, chegou a um comissário do Planalto uma estranha proposta. Aprovada, a emenda bloquearia a nomeação de cinco ministros do Supremo Tribunal Federal que irão para as vagas dos titulares que completarão 70 anos durante o mandato da doutora. O PMDB seguraria a PEC se ganhasse uma cota, influenciando a escolha de dois dos novos ministros.

Juiz do Porsche

O juiz Flávio Roberto de Souza foi afastado do caso de Eike Batista. O Ministério Público bem que poderia sugerir uma medida que desse alegria à cidade. Deveriam obrigá-lo a circular durante uma semana, pela orla, no Porsche do ex-billionário. Se bater em cachorro pode levar uma pessoa a correr o risco de ter que limpar canis a pedido do MP, isso não seria absurdo.

01 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Como Londrina virou fábrica de grandes escândalos de corrupção

A cidade de Londrina, que nas décadas de 60 e 70 foi a capital mundial do café e se transformou em um dos mais importantes polos de desenvolvimento do Brasil, nos últimos anos vem se destacando pela atuação nada exemplar de alguns de seus cidadãos. Há pelo menos quatro grandes esquemas de corrupção, três deles nacionais, que tiveram sua origem – ou pelo menos passaram – pelo município: o caso AMA/Comurb, o escândalo do Banestado, o mensalão e o petrolão, revelado pela Operação Lava Jato. Além de ter dois prefeitos cassados, Antonio Belinati (PP) e Barbosa Neto (PDT), a cidade é berço de dois personagens centrais em casos de desvios de dinheiro público, o ex-deputado José Janene, morto em 2010, e o doleiro Alberto Youssef, peça-chave nos desfalques em obras da Petrobras para financiar políticos e partidos.

01 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Como Londrina virou o tubo de ensaio que 'inventou' o petrolão

Dois londrinenses são personagens centrais de quatro escândalos de corrupção, incluindo a Lava Jato: o doleiro Youssef e o ex-deputado Janene

LONDRINA

Katna Baran e Amanda Audi

Enviadas especiais

Uma teoria formulada em 1967 pelo psicólogo norte-americano Stanley Milgram prega que são necessários no máximo seis laços para que duas pessoas quaisquer, aparentemente distantes, estejam ligadas entre si. Desde então, cientistas se debruçam sobre esse estudo e alguns deles chegaram a concluir que a quantidade de passos para se chegar a alguém, atualmente, pode ser ainda menor, muito em função das redes sociais.

Se fosse possível aplicar a teoria dos seis graus de separação em escândalos políticos, provavelmente o esquema revelado pela Operação Lava Jato, que vai completar um ano de investigações neste mês de março, seria o experimento ideal para corroborar o estudo de Milgram. E o local escolhido para o início da pesquisa científica se-

ria Londrina. A principal cidade no Norte do Paraná abrigou pelo menos duas peças-chaves do esquema da Lava Jato: o doleiro Alberto Youssef, hoje preso, e o ex-deputado José Janene, morto em 2010.

Quatro escândalos

Há pelo menos quatro grandes esquemas de corrupção, três deles nacionais, que tiveram sua origem — ou pelo menos passaram — por Londrina: o caso AMA/Comurb, o escândalo do Baneestado, o mensalão e, finalmente, a Lava Jato.

Para o promotor Claudio Esteves, que atua há 18 anos na cidade, isso não necessariamente é algo negativo. “Não acho que Londrina seja diferente de outros municípios. Isso existe em todos os lugares. O que existe aqui é uma confluência de fatores que levou a uma elucidação desses casos mais do que em outros lugares”, diz.

A vereadora Elza Correia (PMDB), autora de uma das primeiras denúncias de casos de corrupção na cidade, faz coro ao promotor. “Londrina é uma cidade jovem e com potencial. Ela tem uma efervescência política oriunda de um ‘caldeirão de pensar’, em função das universidades e dos núcleos culturais”, diz. Coincidentemente

— ou não — dois prefeitos do município foram cassados nos últimos 15 anos: Antonio Belinati (PP) e Barbosa Neto (PDT).

O promotor Esteves admite, porém, que há pouco grau de separação entre políticos, empresários e doleiros que já foram citados em processos judiciais envolvendo corrupção no Brasil. E dois nomes se repetem: o de Youssef e de Janene, descritos pelo promotor como duas pessoas “ousadas” quando a questão era desviar dinheiro. “Aparentemente, eles importaram uma metodologia de desvio de dinheiro e aprimoraram o processo aqui.”

A reportagem da *Gazeta do Povo* foi a Londrina e apurou como outros casos — e outras pessoas envolvidas — possuem poucos graus de separação com a Lava Jato, um dos maiores escândalos de desvio de dinheiro público da história do país.

Colaboraram: Ewandro Schenkel, Fábio Silveira e Marcelo Frazão, do *Jornal de Londrina*.

CONTINUA

01 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Caso AMA/Comurb foi a origem de tudo

Então vereadora de primeiro mandato em Londrina, Elza Correia, eleita pelo PCdoB, já se destacava como uma das forças de oposição ao prefeito Antonio Belinati (à época no PDT) quando, no início de 1999, foi procurada por um servidor da Autarquia do Meio Ambiente (AMA) da cidade. Ele carregava planilhas rasuradas de serviços de capinação e roçada — e também uma gravação em que era solicitado por seu superior a adulterar os documentos.

“Era apenas a pontinha de um novelo”, diz a vereadora, que é época não imaginava que o desenrolar da história iria mudar a trajetória da cidade. Já nas mãos do Ministério Público (MP), os documentos entregues à vereadora ajudaram a descobrir uma centena de licitações supostamente fraudulentas entre empresas ligadas a políticos, à AMA, e à Companhia Municipal de Urbanização (Comurb).

O dinheiro pago ilegalmente às empresas, segundo o MP, vinha da venda, em 1998, de 45% das ações da Sercom-

tel, empresa de telefonia de Londrina, para a Copel. O negócio engordou em R\$ 200 milhões os cofres públicos — o que representava, na época, quase o orçamento anual do município. Para fisgar parte da verba, políticos locais, entre eles o prefeito Belinati e o então deputado federal José Janene (PP), atraíam empresas para contratar com o poder público e conferir legalidade aos serviços que, na verdade, nunca foram entregues.

Acórdãos publicados pelo Tribunal de Contas apontam que os desvios podem ter chegado a R\$ 9,3 milhões. “O dinheiro retornava a esses políticos para financiar campanhas”, conta o promotor Claudio Esteves, que trabalhou no caso. Não demorou muito para o MP aumentar a lista de pessoas influentes da cidade que também teriam participado da “divisão dos lucros” do esquema, como André Vargas e Paulo Bernardo, ambos do PT, e o até então desconhecido doleiro Alberto Youssef, que figuram entre os quase 200 denunciados pelo MP no caso

AMA/Comurb.

As acusações levaram à criação de um movimento popular de combate à corrupção em Londrina. Pressionados pelos integrantes do movimento “Pé Vermelho, Mãos Limpas” — nome conscientemente inspirado na megaoperação de combate à corrupção italiana que também serviu de base para a Operação Lava Jato —, os vereadores instalaram uma CPI para investigar as denúncias contra o então prefeito. Em meio a outra acusação de promoção pessoal na inauguração do Pronto Atendimento Infantil da cidade, Belinati foi cassado em junho de 2000.

Já os processos da AMA/Comurb inauguraram no Brasil uma ferramenta que viria a ser depois muito conhecida do público: a delação premiada, que beneficiou o ex-funcionário da Comurb Eduardo Alonso de Oliveira. Vargas foi absolvido da acusação de improbidade administrativa, mas condenado a devolver os R\$ 10 mil que recebeu. Paulo Bernardo, também denunciado, foi excluído da ação. Os processos que envolvem Youssef, Belinati e o espólio de Janene, morto em 2010, se arrastam até hoje na Justiça.

“Na área criminal, a resposta é um fracasso [a maioria das ações prescreveu]. Na área de improbidade administrativa, as coisas estão acontecendo gradativamente”, explica Esteves. “Todos os governos municipais que se sucederam tiveram problemas em função do desvio desse dinheiro, que até hoje ninguém disse onde está. Ninguém sabe, ninguém viu”, resume Elza. (KB)

QUARTETO DA AMA/COMURB

Quatro pessoas que foram citadas no esquema da AMA/Comurb reapareceram nas suspeitas da Operação Lava Jato: o doleiro Alberto Youssef, o ex-deputado José Janene, o ex-deputado André Vargas e o ex-ministro Paulo Bernardo. Todos são londrinenses.

01 MAR 2015

GAZETA DO POVO

'Fio solto'

da AMA/Comurb

levou ao caso

Banestado

Lavagem de R\$120 mil da prefeitura de Londrina foi o primeiro indício de outro esquema, que movimentou R\$28 bilhões

LONDRINA

Katna Baran e Amanda Audi

Enviadas especiais

Além de ter modificado a história política de Londrina, o caso AMA/Comurb trouxe à tona um nome que hoje é bastante conhecido: Alberto Youssef. Segundo a denúncia proposta pelo Ministério Público (MP) na época, o doleiro teria participado do desvio de R\$ 120 mil da AMA. A verba teria ido para uma conta fantasma no extinto Banestado em nome de uma empresa também fantasma. “A partir disso, identificamos que ele lavava dinheiro por meio do Banestado para uma infinidade de outras situações”, conta o promotor Claudio Esteves.

Essa “infinidade” de casos foi alvo de investigações de uma força-tarefa, formada em 2003, do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal (PF). Uma CPI no Congresso também apurou o esquema. O caso, que ficou conhecido como escândalo do Banestado, é considerado um

dos maiores esquemas criminosos que já existiu no país. No total, movimentou R\$ 28 bilhões. Youssef foi apontado como um dos principais doleiros do esquema.

Conforme o MPF apurou, Youssef atuava de três formas no caso Banestado: fornecendo dólares em espécie, por meio de laranjas e contas CC5 (específicas para não residentes no Brasil), e por operações de dólar-cabo de modo oculto. O doleiro chegou a ser preso na ocasião — ele foi encontrado com um cheque nominal de R\$ 150 mil ao então deputado federal José Janene. Youssef acabou beneficiado por um acordo de delação premiada — quebrado quando ele começou a participar do esquema da Lava Jato.

No total, 631 pessoas foram denunciadas no caso Banestado, resultando em 97 condenações — 14 delas envolvendo ex-funcionários do banco. As sentenças, de agosto de 2004, foram proferidas pelo juiz Sergio Moro, que então atuava na 2.ª Vara Criminal Federal de Curitiba. Com recursos em tribunais superiores, a maior parte desses condenados teve a pena totalmente prescrita ou foi parcialmente beneficiada com a prescrição. Segundo o MPF, aproximadamente R\$ 30 milhões desviados foram recuperados.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

REDE DE ESCÂNDALOS

01 MAR 2015

Veja como funcionavam os quatro esquemas de desvio de dinheiro público que deixaram rastros em Londrina:

CASO

AMA/Comurb
1999

R\$ 9,3
milhões

O QUE É?

Esquema de desvio de dinheiro público em Londrina por meio de licitações supostamente fraudulentas entre empresas ligadas a políticos locais, à Autarquia de Meio Ambiente da cidade (AMA) e à Companhia Municipal de Urbanização (Comurb).

POSSÍVEIS ENVOLVIDOS

Cerca de 200 pessoas foram denunciadas.



Caso Banestado
anos 1990

R\$ 28
bilhões

Remessas ilegais de divisas, pelo extinto Banco do Estado do Paraná, para o exterior, na segunda metade da década de 1990. Em 2003, ocorreu uma investigação federal e a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

631 pessoas foram denunciadas e 97 condenadas.



*Quando foi preso, Youssef portava um cheque nominal de R\$ 150 mil para José Janene.

Mensalão
2003 e 2004

R\$ 101,6
milhões

Esquema ilegal de financiamento político organizado pelo PT para corromper parlamentares e garantir apoio ao governo do então presidente Lula no Congresso Nacional.

24 pessoas foram condenadas.



*José Janene, que seria um dos principais operadores do esquema, foi processado. Mas, como morreu em 2010, não foi julgado. Seu assessor, João Claudio Genu, acabou absolvido. Os donos da Bônus Banval e dois deputados do PP foram condenados.

Lava Jato
Desde 2008 até a atualidade

R\$ 10
bilhões

Esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas comandado por um grupo especializado no mercado clandestino de câmbio. Parte do dinheiro vinha do pagamento de propina a políticos e executivos por empresas que mantinham contratos com a Petrobras. A operação investiga diversos outros crimes que abasteciam a movimentação ilegal de dinheiro.

150 pessoas e 232 empresas estão sendo investigadas.



* Foram mencionados indiretamente como possíveis beneficiários do esquema.



GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

01 MAR 2015

Londrinenses se "re encontram" na Lava Jato

O nome do ex-deputado José Janene voltou a aparecer nas investigações da Operação Lava Jato, deflagrada em março do ano passado — e, com ele, o de antigos conhecidos do parlamentar. Como deputado, Janene teria sido o responsável por recolher a propina dos contratos da Petrobras e distribuir entre políticos do seu partido. Depois da sua morte, a função teria sido repassada ao doleiro Alberto Youssef.

Um dos principais delatores do esquema, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa (que fez carreira no Paraná) teria sido indicado pelo então deputado para o cargo na estatal, em 2004. "E não foi só essa indicação. Ele [Janene] tinha gente em várias empresas públicas", diz um ex-funcionário do deputado.

Além disso, em julho o Ministério Público Federal (MPF) acusou o doleiro Youssef — que é citado na maior parte dos processos da Lava Jato — e outras dez pessoas ligadas a Janene por atuarem na lavagem de pelo menos R\$ 1,1 milhão que o deputado recebeu do mensalão.

Segundo investigações, com a verba ilegal, Janene realizou investimentos na empresa londrinense Dunel Indústria. A partir de então, Youssef e o também doleiro Carlos Habib Chatter teriam utilizado empresas de fachada para justificar o investimento. Assim, os réus, que incluem familiares e pessoas de confiança de Janene, teriam convertido o dinheiro em bens lícitos como quatro grandes fazendas e outros imóveis. Também construiu uma residência de alto padrão em um condomínio de Londrina e comprou vários veículos de luxo.

Outro nome bastante conhecido em Londrina que aparece na Lava Jato é o do ex-deputado André Vargas (sem partido). Ele teve o mandato cassado depois de confessar que usou um jatinho fretado por Youssef para uma viagem. Vargas também teria atuado em conjunto com o doleiro para a assinatura de um contrato entre o laboratório Labogen e o Ministério da Saúde. Na cidade, circulam ainda histórias de que Vargas preencheu o vácuo político deixado depois da morte de Janene. O ex-petista, que perdeu o direito ao foro privilegiado, é alvo de um inquérito, mas ainda não foi denunciado na Lava Jato.

A ex-ministra Chefe da Casa Civil e senadora Gleisi Hoffmann (PT), casada com o ex-ministro das Comunicações Paulo Bernardo, que é de Londrina, também teve seu nome vinculado ao caso. Conforme os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, Youssef disse em sua declaração premiada que repassou, por intermediação de Bernardo, R\$ 1 milhão a um empresário de Curitiba, valor que foi entregue à campanha de 2010 da ex-ministra. Costa também teria dito que recebeu pedido "para ajudar na campanha". O casal nega envolvimento no esquema.

Há pelo menos outro londrinense envolvido na Lava Jato. Em depoimento prestado à Polícia Federal, Leonardo Meirelles, laranja de Youssef, disse que o doleiro tinha contato com um tucano descrito como "padrinho político do passado" e "conterrâneo" do doleiro. Meirelles não revelou o nome. (KB)

CONTINUA

01 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Câmara de Londrina teria sido laboratório do mensalão

Outro grande esquema de corrupção e desvio de dinheiro público que tem raízes — ou pelo menos passa — por Londrina é o mensalão, que estourou em 2005. José Janene, então deputado federal, que já havia deixado rastros no escândalo AMA/Comurb e no caso Banestado, foi apontado como responsável pela distribuição de R\$ 4,1 milhões do valerioduto para seus colegas parlamentares do PP utilizando a corretora Bônus Banval para disfarçar a origem do dinheiro. Curiosamente, durante as investigações do mensalão, houve a suspeita de que a Bônus Banval seria de Alberto Youssef.

Estimativas do Ministério Público Federal (MPF) apon-

tam que o mensalão teria movimentado R\$ 101,6 milhões, quantia usada pelo governo Lula para garantir apoio no Congresso entre 2003 e 2004.

No total, 40 pessoas foram denunciadas e 24 condenadas — entre elas o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu; o ex-presidente do PT, José Genoino; e o publicitário Marcos Valério. Janene chegou a ser processado. Mas, como morreu em 2010, não foi julgado. Seu assessor João Claudio Genu acabou absolvido por ter sido considerado “um mero intermediário” do esquema. Os donos da Bônus Banval e outros dois deputados do PP foram condenados.

Janene foi o último parlamentar acusado no mensalão

a ser julgado pela Câmara dos Deputados, em dezembro de 2006. Foi absolvido e se livrou da cassação, beneficiado principalmente pela ausência de 147 dos 513 deputados no julgamento. Para os conhecidos de Janene, isso demonstrou o poder político que o paranaense tinha na Casa.

Origem londrinense

Segundo um ex-funcionário de Janene ouvido pela reportagem, que pediu para não ser identificado, o modo do ex-deputado operar no Congresso já era praticado em Londrina. Em 1997, no 3.º mandato de Belinati na prefeitura, Janene teria sido responsável por fazer um acordo com os vereadores para que o prefeito tivesse domínio da maioria da Casa. A “mesada”, segundo o ex-funcionário, era o equivalente a um salário de vereador. À época do mensalão, o caso chegou a ser publicado na imprensa. Belinati foi procurado para comentar o caso, mas não quis falar com a reportagem. (KB)

02 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Conselheiros do TC ganham indenização por férias atrasadas



Artagão (esq.) e Baptista (dir.): acórdãos garantiram direito a férias não gozadas ou interrompidas desde a década de 1990.

Conselheiros do TC recebem por férias atrasadas

¶ Pelo menos dois conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná foram indenizados por férias não gozadas ou interrompidas desde a década de 1990. Nestor Baptista recebeu R\$ 340 mil e Artagão de Mattos Leão, R\$ 425 mil. Procurado, o TC informou que iria esclarecer o caso por meio da Lei de Acesso.

CONTINUA

Por enquanto, decisão beneficiou Nestor Baptista e Artagão de Mattos Leão. No entanto, outros já estão na fila com pedidos no mesmo sentido

Carlos Eduardo Vicelli

Depois de autoconceder auxílio-moradia no valor de R\$ 4.377,74 para seus conselheiros, auditores e procuradores, o Tribunal de Contas do Estado (TC) se envolveu em nova polêmica financeira. Por decisão do Pleno do órgão, pelo menos dois conselheiros, Nestor Baptista e Artagão de Mattos Leão, tiveram o direito de receber férias não gozadas ou interrompidas desde a década de 1990. No caso de Baptista, o benefício equivale a 288 dias, entre 1992 e 2012. Já Artagão tem direito ao pagamento de 361 dias, de 2002 a 2013. Ambos os casos tiveram como relator o conselheiro Fernando Guimarães e foram aprovados por unanimidade.

De acordo com o artigo 2.º dos acórdãos 7013/14 e 7014/14, a "indenização, para cada período de 30 (trinta) dias de férias, equivalerá ao valor integral do subsídio atual, sem correção ou juros", além dos respectivos "terços". Como atualmente o salário bruto dos conselheiros é de R\$ 26.589,68, a indenização de Baptista gira em torno de R\$ 340 mil. Artagão, por sua vez, recebeu aproximadamente R\$ 425 mil. O paga-

mento, porém, não ficará restrito aos dois conselheiros. A *Gazeta do Povo* apurou que outros integrantes do Tribunal estão na fila com pedidos para receber as férias não gozadas.

A reportagem entrou em contato com o departamento de comunicação do TC na última terça-feira (24) para obter mais detalhes dos benefícios. As perguntas foram encaminhadas por e-mail, a pedido do Tribunal. Entre outros questionamentos, a reportagem gostaria de saber "quantos e quais conselheiros receberam ou terão direito à indenização" e "quanto custou o pagamento para o caixa do TC".

A *Gazeta do Povo*, porém, ficou sem resposta. Em uma nota de poucas linhas, o departamento de comunicação do Tribunal informou que "em função da complexidade das informações e das várias áreas envolvidas, por orientação da direção desta Corte, estamos encaminhando suas solicitações para a Ouvidoria do TC, a fim de que o requerimento tramite nos termos previstos pela Lei de Acesso à Informação".

A reportagem tentou entrar em contato com o presidente do TC, Ivan Bonilha, na terça (24) e quarta-feira (25). O conselheiro, contudo, não atendeu às ligações.

Orçamento

Por lei, o Tribunal de Contas está vinculado à Assembleia Legislativa do Paraná. Neste ano, a previsão é de que o Palácio Iguazu repasse para o Legislativo pouco mais de R\$ 1 bilhão,

referentes a 5% da receita líquida do estado, após descontos legais. Do total, 3,1% ficam com a Assembleia (R\$ 636 milhões) e 1,9% com o TC (R\$ 402 milhões).

R\$ 425 MIL

É quanto o conselheiro Artagão de Mattos Leão recebeu do TC, referentes a férias não gozadas ou interrompidas desde a década de 1990. No entendimento do órgão, ele tinha direito ao pagamento de 361 dias, de 2002 a 2013. Relatório do conselheiro Fernando Guimarães foi aprovado por unanimidade.

R\$ 340 MIL

Foi a quantia paga ao conselheiro Nestor Baptista por 288 dias, entre 1992 e 2012. Em nota, o Tribunal de Contas alegou que o assunto era complexo e envolvia várias áreas. Por isso, os questionamentos da reportagem seriam respondidos apenas via Lei de Acesso à Informação.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Pagamento de auxílio-moradia pelo órgão seria inconstitucional

Usando o princípio da isonomia em relação aos integrantes do Judiciário e do Ministério Público (MP), o Tribunal de Contas do Estado (TC) instituiu na semana passada o auxílio-moradia para conselheiros, procuradores e auditores do órgão. O benefício representa um acréscimo de R\$ 4.377,74 aos vencimentos de 20 pessoas — não será preciso prestar contas do recurso extra.

O tema, porém, é cercado de polêmica. Há quem considere que a isonomia não pode ser usada como justificativa porque o TC é uma Corte vinculada à Assembleia Legislativa e com características distintas do Judiciário. Desse modo, o recurso pode ser considerado inconstitucional.

Essa é a opinião da professora de Direito Constitucional da PUCPR Cláudia Maria Barbosa. “Como não existe singularidade de função, o benefício não tem nenhum esteio. Tribunal de Contas não é órgão judicial, não exerce a mesma função. Então, fundamentalmente, a isonomia não existe”, afirma.

Para a professora Andressa de Liz Sampaio, que leciona Teoria Geral do Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR), a isonomia até pode ser considerada, já que o Ministério Público também é considerado um órgão autônomo e independente e os seus membros recebem o benefício. Mas, segundo ela, a inconstitucionalidade se fundamenta no momento em que não há uma norma constitucional para determinar o assunto. “Assim, afronta-se um princípio da Constituição Federal”, diz. “O TC também não tem que buscar a isono-

mia porque os demais têm [direito ao auxílio-moradia]. Logo, logo mais órgãos vão pedir, e aí vai virar uma bagunça”, completa.

Mesma linha de raciocínio segue a professora de Direito Constitucional e Administrativo da PUCPR e mestre em Direito do Estado pela UFPR Vivian Lima Lopez Valle. “Não há previsão na Constituição tratando do auxílio-moradia. Sem contar que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do estado, uma instituição de controle orçamentário e financeiro. Não integra as carreiras jurídicas”, afirma.

A *Gazeta do Povo* entrou em contato com a Ordem dos Advogados do Brasil seção do Paraná (OAB-PR) para que a entidade se pronunciasse sobre a constitucionalidade do pagamento do benefício a membros do TC. Mas, segundo o presidente da OAB-PR, Juliano Breda, ainda não foi feita uma avaliação sobre o tema, que será debatido na próxima reunião do conselho da Ordem, no dia 6 de março.

“De qualquer forma é absolutamente inoportuna a concessão desse auxílio neste momento em que há um sacrifício de todo o funcionalismo público do estado. O Tribunal de Contas deveria dar o exemplo de austeridade fiscal”, ressalta Breda.

Em nota, o TC informou que “o auxílio-moradia é um benefício que foi definido pelo Supremo Tribunal Federal, que o reconhece como um direito de toda a magistratura (Ação Originária 1773), à qual estão equiparados os membros dos Tribunais de Contas, sendo o último dos órgãos a instituir tal benefício, entre todos os tribunais do país”.

A reportagem tentou entrevistar o presidente do TC, Ivan Bonilha, mas o conselheiro não atendeu as ligações. (CEV)

LEGISLAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça aprovou em 7 de outubro de 2014 a resolução que regulamenta a concessão do auxílio-moradia a magistrados, seguindo decisão liminar do ministro do STF Luiz Fux — a ajuda de custo está prevista na Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Todos os juízes federais, estaduais, da Justiça do Trabalho e da Justiça Militar têm direito ao benefício, mesmo que atuem na cidade de origem e possuam residência própria. O valor não pode ultrapassar R\$ 4.377,74.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Mesmo afastado,
Fabio Camargo
recebe benefício

02 MAR 2015

Afastado da função desde junho do ano passado, Fabio Camargo segue recebendo como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TC). O salário atual é de R\$ 26.589,68. E, de acordo com o departamento de comunicação do órgão, também terá direito ao auxílio-moradia de R\$ 4.377,74, valor que será acrescido aos vencimentos de Camargo.

A desembargadora Regina Afonso Portes decidiu liminarmente pelo afastamento de Camargo em setembro de 2013; alegando ausência da documentação necessária para se candidatar à vaga e que o número de votos para a eleição do ex-deputado estadual para o TC no primeiro turno era insuficiente.

Camargo recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em uma primeira avaliação, o ministro Gilmar Mendes suspendeu liminarmente a avaliação da Justiça paranaense e reconduziu o ex-parlamentar ao cargo. O próprio Mendes, porém, reconsiderou a decisão, mantida pelo presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski. Camargo foi eleito conselheiro em julho de 2013. (CEV)



Ex-deputado está fora do tribunal desde junho do ano passado.

GAZETA DO POVO

Professores

02 MAR 2015

mantêm greve em todo o Paraná

Sindicato vai recorrer de decisão judicial favorável ao governo, que determinou a volta das aulas para alunos do 3º ano do ensino médio

Diego Antonelli

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) vai entrar hoje com recurso contra a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) que intimou a volta às salas dos professores do 3º ano do ensino médio em 48 horas. A decisão, tomada no sábado (28) pelo juiz de plantão Victor Martim Batschke, determinou também que 30% dos servidores da área administrativa retornem ao trabalho no mesmo prazo. A APP-Sindicato afirma ainda que as aulas permanecem suspensas.

De acordo com a liminar, está prevista a aplicação de multa diária de R\$ 10 mil caso o sindicato descumpra a ordem. O presidente da APP, Hermes Leão, afirma que so-

mente a assembleia da categoria marcada para as 9 horas de quarta-feira é que irá definir se a paralisação termina ou não. "A assembleia é soberana. Enquanto isso pedimos aos pais e mães para não enviarem os filhos para os colégios", diz. A assembleia será no estádio Vila Capanema e há a previsão de que 20 mil servidores compareçam.

Leão afirma ainda que algumas reivindicações da categoria não foram discutidas com o governo estadual. Os educadores alegam, por exemplo, que não foi definida uma data para o pagamento de progressões de carreira atrasadas a que professores teriam direito, mas que ainda não foram implantadas. Elas somariam mais de R\$ 90 milhões.

Na última reunião entre o sindicato e o governo, realizada na quinta-feira passada, o estado prometeu que as progressões e promoções de funcionários e professores da área serão retomadas entre maio e junho, respectivamente. "Mas aquelas atrasadas, não têm data para ocorrer. Não temos nem previsão", afirma o presidente. O governo do estado, no entanto, considera as negociações encerradas.

Illegal?

Na última sexta-feira, o governo estadual entrou com uma ação junto ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) pedindo que a greve fosse declarada ilegal. O juiz vai se pronunciar sobre a abusividade da greve somente na próxima quarta-feira (4), após a nova assembleia-geral dos professores.

Segundo a liminar, no momento não haveria motivos para declarar todo o movimento como sendo ilegal, já que os grevistas seguiram todos os procedimentos exigidos e têm uma assembleia marcada para esta semana.

De acordo com o juiz Batschke, embora seja possível dizer que o governo atendeu às reivindicações da categoria (leia mais ao lado) seria prematuro decretar o movimento ilegal.

O juiz lembra ainda que havia reais motivos para a deflagração da paralisação e diz que as negociações só terminaram no fim da semana passada. Segundo ele, seria razoável que o governo esperasse três dias úteis para ver se a assembleia decidirá encerrar o movimento. "Não pode ser objeto de decisão judicial algo que exija o exercício de futurologia, sobre o que venha a ser deliberado no dia 4 de março vindouro", escreve o magistrado.

CONTINUA

NOTA OFICIAL

Em nota, o governo afirma está cumprindo sua parte integralmente. "Trata-se de um claro desrespeito com as famílias e os estudantes

paranaenses". O governo ainda diz que o único objetivo da APP-Sindicato "é desgastar o governo e tumultuar o ambiente social".

POLÊMICA

Educadores afirmam que governo quer jogar país contra a categoria

Os professores acreditam que o fato de o governo estadual acionar a Justiça contra a greve da categoria foi uma manobra política para jogar a comunidade contra a manifestação dos educadores. "Ele (governador Beto Richa) solicitou que a greve fosse ilegal sabendo que essa semana tem assembleia da categoria", reclama a professora de Guarapuava Orlei de Jesus Lopes, que está acampando há quase uma semana no Centro Cívico, em Curitiba. Valéria Arias, que dá aulas de Filosofia, diz que é necessário esperar a assembleia dos professores. "Nós já tínhamos tornado público que iríamos definir os rumos da greve na quarta-feira. O governador nem esperou a decisão e já entrou com uma ação", afirma.

Clima

Com a greve, o acampamento armado em frente ao Palácio Iguazu, no Centro Cívico, entra para sua terceira semana sem esmorecer. A alimentação vem, em grande parte, de doações. Uma van da APP-Sindicato leva os educadores até a sede sindical para eles tomarem banho. Para passar o tempo, os professores realizam atividades artísticas, como rodas de samba, apresentação de capoeira, declaração de poesias, contação de histórias e apresentações musicais e de teatro. (DA)

SEM ACORDO

APP diz que há mais reivindicações pendentes

O presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão, afirma ainda que há outras reivindicações que não foram totalmente atendidas pelo governo estadual. Outro ponto é a organização dos colégios. Houve a promessa da contratação de mais professores, mas a nomeação deles precisa ser realizada antes da retomada das aulas. "Vai exigir uma nova distribuição de aulas em alguns colégios", diz Leão. Também é necessário, segundo ele, que o número de turmas seja redimensionado o quanto antes para que a organização das escolas seja viável. Na reunião realizada durante a semana entre sindicato e governo, o secretário da Casal Civil, Eduardo Sciarra, afirmou que o governo vai redimensionar as turmas dos colégios para que sejam respeitados os limites máximos de alunos por sala de aula.

A categoria também quer uma garantia de que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) será retomado em agosto, como prometido pelo governo estadual na semana passada. "Há, porém, um crédito muito grande do governo estadual com a categoria. Não temos a garantia de que essas promessas serão cumpridas", afirma Leão. (DA)

RELEMBRANDO

Propostas do governo foram apresentadas na 3.ª reunião

Na terceira e última reunião realizada com a APP, o governo se comprometeu a pagar integralmente, em uma única parcela, o terço de férias dos professores da educação básica e das instituições de ensino superior do estado até 31 de março. O impacto financeiro previsto é de R\$ 116 milhões. O valor que o governo deve aos professores do ensino básico é de R\$ 96 milhões e para os docentes universitários é de R\$ 20 milhões.

Além disso, o estado se comprometeu a convocar 5.985 professores e pedagogos aprovados no último concurso — cerca de 5,5 mil anunciados ainda no fim de janeiro e mais 463 requisitados durante as negociações da greve pela APP-Sindicato como necessários para dar andamento aos projetos das escolas da rede estadual.

Mesmo assim, ainda serão necessários contratar professores temporários (PSS). O presidente da APP, Hermes Leão, estima que cerca de 10 mil professores precisariam ser contratados. O governo não confirma esse número. Durante o encontro também ficou estabelecido que os projetos de contraturno, como os cursos de línguas do Celem e o programa Mais Educação, voltarão imediatamente. (DA)

02 MAR 2015

GAZETA DO POVO

O berço pé-vermelho da Lava Jato

O homem que mandou no Brasil

Empresário que mantinha contratos com prefeituras, o ex-deputado José Janene saiu de Londrina para dominar a política nacional

LONDRINA

Katna Baran e Amanda Audi

Enviadas especiais

Algum dia entre maio e dezembro de 2005: o então deputado federal paranaense José Janene (PP) visita a sede da Procuradoria da República do Paraná, localizada à época na Rua XV de Novembro, centro de Curitiba. Convencido pela então esposa, Stael Fernanda, e auxiliado pelo amigo Alberto Youssef, ele contaria aos procuradores como funcionava o esquema do mensalão, cujas denúncias começavam a recheiar as páginas dos jornais e revistas. “Estava tudo combinado: ele ia entregar todo mundo, o esquema todo. Aí ele chegou lá e achou que o procurador foi arrogante, virou as costas, deu um ‘piti’ e foi embora”, conta Stael.

O episódio resume bem o perfil do empresário que ganhou visibilidade na política como pivô de um dos maiores

casos de corrupção do país. “O Zé [Janene] era assim: me ame ou me odeie”, diz a mulher. “Ele se impunha pelo poder, pelo jeito de agir e era arrojado quando desviava dinheiro. Quem queria enriquecer se aproximava dele e ficava sob o guarda-chuva dele”, afirma o promotor do Ministério Público do Paraná Claudio Esteves, um dos primeiros a investigar as atividades ilícitas do ex-deputado, morto em 2010. “Vou ser curto e grosso: o Janene mandou no Brasil por mais de um ano”, conta um ex-funcionário do parlamentar, que pediu para não ser identificado.

Foi em Londrina que Janene passou de empresário do ramo da iluminação pública, que mantinha contratos com prefeituras da região, a político. A aproximação se deu em 1988, quando o radialista Antonio Belinati buscava um financiador para a campanha a um segundo mandato de prefeito. “Foi um casamento perfeito. Um tinha o dinheiro e outro, a fala. Mas a conta veio depois”, aponta um político local. A “conta”, segundo ele, viria em indicações de confiança do empresário na prefeitura para assegurar — e superfaturar — contratos com a administração pública.

Colaboraram: Ewandro Schenkel, Fábio Silveira e Marcelo Frazão, do Jornal de Londrina.

CONTINUA

02 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A primeira eleição

Dois anos depois da aproximação com Antonio Belinati, José Janene já havia ampliado o leque de negócios ilícitos com a prefeitura de Londrina e municípios da região. Ele mantinha, com a ajuda dos irmãos Faiçal e Assad, desde contratos com concessionárias de veículos até o aluguel de arquibancadas para eventos. Janene também era responsável por atrair outros empreendimentos para o esquema. Foi quando ele resolveu disputar o primeiro cargo público: de deputado federal pelo PDT. Acabou alcançando somente a primeira suplência.

Já nas eleições municipais de 1992, Janene indicou seu irmão, Assad, ao cargo de vice-prefeito de Londrina na chapa encabeçada pelo então vereador pelo PT Luiz Eduardo Cheida. Foi uma aliança vitoriosa. O irmão passou, então, a comandar a Sercomtel, companhia telefônica estatal da cidade.

Por meio da Sercomtel, segundo fontes locais, Janene teria incrementado seu caixa de campanha para conquistar o almejado cargo de deputado federal. Já filiado ao PP, em 1994 Janene obteve 44,5

mil votos e alcançou seu objetivo. Deu início então a uma carreira política meteórica sem deixar de lado o perfil empresarial rígido — e individualista — com que tratava seus negócios.

Mesmo fixando residência em Brasília, Janene manteve os laços pessoais e políticos com Londrina. Conforme conta a amiga e vizinha do político Mimi Hakme, todas as semanas, de quinta-feira a domingo, ele reunia amigos para jogar tranca até de madrugada. As partidas eram regadas a magníficos jantares que ele mesmo preparava. “Ele era um exímio chef de cozinha”, conta. Raramente havia bebida alcoólica na mesa. “Ele não era de beber.” A política, segundo ela, também ficava de fora do carteador.

O deputado também manteve suas ligações com o belinatismo — termo cunhado

para descrever a forma marcante com que Belinati faz política. Da aliança, segundo o promotor Esteves, nasceu o esquema de desvio de dinheiro público da venda de ações da Sercomtel, em 1998. Para maquiar as ilegalidades, Janene atraía empresas para fazer licitações fraudulentas com a administração pública, principalmente com a Autarquia de Meio Ambiente (AMA) e a Companhia Municipal de Urbanização (Comurb).

Segundo o MP, o dinheiro abastecia o caixa de campanhas eleitorais de políticos da cidade. Mas a fatia maior do bolo era reservada a Janene e Belinati. Nomes ainda pouco conhecidos — como os de André Vargas, Paulo Bernardo e Alberto Youssef — também apareceram entre os processados do caso AMA/Comurb. O caso se arrasta até hoje na Justiça. Mas culminou na cassação de Belinati do cargo de prefeito de Londrina. (KB)

Leia mais na próxima página.

“Ele [Janene] se impunha pelo poder, pelo jeito de agir e era arrojado quando desviava dinheiro. Quem queria enriquecer se aproximava dele e ficava sob o guarda-chuva dele.”

Claudio Esteves, promotor do Ministério Público do Paraná.

CARLOS ALBERTO DI FRANCO

Tráfico classe alta

Engana-se quem pensa que tráfico de drogas é exclusividade dos morros, das favelas e das periferias excluídas. Não é de hoje que jovens de classe média e média-alta frequentam o noticiário policial. Crimes, vandalismo, espancamento de prostitutas, incineração de mendigos, consumo e tráfico de drogas despertam indignação e perplexidade. O novo mapa do crime transita nos bares badalados, vive nos condomínios fechados, estuda em colégios e universidades da moda e desfibra o caráter no pântano de um consumismo descontrolado. Operações policiais, com frequência preocupante, prendem jovens de classe média vendendo ecstasy, LSD, cocaína, maconha... Segundo a polícia, eles fazem a ligação entre os traficantes e os vendedores de drogas no ambiente universitário.

O tráfico oferece a perspectiva do ganho fácil e do consumo assegurado. E a sensação de impunidade — rico não vai para a cadeia — completa o silogismo da juventude criminosa. A delinquência bem-nascida mobiliza policiais, psicólogos, pais e inúmeros especialistas. O fenômeno, aparentemente surpreendente, é o reflexo de uma cachoeira de equívocos e de uma montanha de omissões. O novo perfil da criminalidade é o resultado acabado da crise da família, da educação permissiva e do consumismo compulsivo.

Os pais da geração transgressora, em geral, têm grande parte da culpa. Choraram os desvios que cresceram no terreno fertilizado pela omissão. É comum que as pessoas se sintam atônitas quando descobrem que um filho consome drogas. Que dirá, então, quando vende. O que não se diz, no entanto, é que muitos lares se transformaram em pensões anônimas e vazias. Há, talvez, encontros casuais, mas não há família. O delito não é apenas o reflexo da falência da autoridade familiar. É, frequentemente, um grito de revolta. Os adolescentes, disse alguém, necessitam de pais morais, e não de pais materiais.

Psiquiatras, inúmeros, tentam encontrar explicações para os desvios comportamentais nos meandros das patologias. Podem ter razão. Mas nem

sempre. Independentemente de eventuais problemas psíquicos, a grande doença dos nossos dias tem um nome menos técnico, mas mais cruel: desumanização das relações familiares. A delinquência, último estágio da fratura social, é, frequentemente, o epílogo da falência da família.

Teorias politicamente corretas no campo da educação, cultivadas em escolas que fizeram a opção preferencial pela permissividade, também estão apresentando um perverso resultado. Uma legião de desajustados e de delinquentes, crescida à sombra do dogma da tolerância, está mostrando suas garras. Gastou-se muito tempo no combate à vergonha e à culpa, pretendendo que as pessoas se sentissem bem consigo mesmas. O saldo é toda uma geração desorientada e vazia. A despersonalização da culpa e a certeza da impunidade têm gerado uma onda de infratores e criminosos. A formação do caráter, compatível com o clima de verdadeira liberdade, começa a ganhar contornos de solução válida. É pena que tenhamos de pagar um preço tão alto para redescobrir o óbvio: é preciso saber dizer não!

Impõe-se um choque de bom senso. O erro, independentemente dos argumentos da psicologia da tolerância, deve ser condenado e punido. Chegou para todos, sobretudo para os que temos uma parcela de responsabilidade na formação da opinião pública, a hora da verdade. É necessário ter a coragem de dar nome aos bois. Caso contrário, a delinquência enlouquecida será uma trágica rotina. Colheremos, indefesos, o amargo fruto que a nossa omissão ajudou a semear.

O consumismo desenfreado, tolerado e estimulado pelas famílias, produz uma geração sem limites. O desejo deve ser satisfeito sem intermediação do esforço e do sacrifício. As balizas éticas vão para o espaço. A posse das coisas justifica tudo. É uma juventude criada de costas para trabalho. O fim da história não é nada bom.

Recuperação da família, educação da vontade e combate à impunidade compõem o melhor antídoto contra o flagelo das drogas.

02 MAR 2015

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Abuso de poder

Um piano na sala e um porsche na garagem à disposição de um cidadão influente: parece um cenário deslumbrante. No 2.º ato, descobre-se que o carro não lhe pertencia e muito menos o piano. O indivíduo era apenas, por decisão sua, o depositário dos bens apreendidos. Acontece que o autor da façanha - alto dignitário da Justiça -, ao se proclamar o depositário, agiu de modo incorreto, decididamente ao arripio da lei. Resultado: a devolução dos bens de Eike Batista, e uma virada no feitiço: o homem acostumado, por força da profissão, a "canetar" está levando as primeiras "canetadas". Esperamos mais.

Benedicto Bueno

27 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

ENTREVISTA BETO RICHA (PSDB)

"Não houve imprudência, mas sim coragem"

EM MEIO A CRISE, GOVERNADOR DO PR DIZ QUE GASTOU ALÉM DA CONTA PARA FAZER OBRAS NECESSÁRIAS

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

À frente de uma grave crise financeira e alvo de greves e protestos, o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), assumiu, em entrevista à *Folha*, que gastou mais do que deveria, mas diz que foi por "coragem" de fazer as obras de que o Estado precisava.

"O que interessa para a população são as obras. As dívidas, nós vamos administrando", declarou.

O Paraná foi o Estado com o segundo maior déficit em 2014, atrás apenas do Rio.

Após a reeleição, Richa atrasou o pagamento de férias, cortou funcionários da educação e aumentou impostos, além de propor cortar benefícios dos servidores.

O governo deve R\$ 1,5 bilhão a fornecedores. Acusado de má gestão, Richa nega descontrolado e culpa o fraco desempenho econômico do país.

Folha - O Paraná enfrenta uma crise. Gastou mais que arrecadou e teve um déficit bilionário. Faltou planejamento?

Beto Richa - Houve planejamento, sim. O Paraná hoje é muito melhor que antes. E as dívidas, estamos administrando. O que interessa para a população são as obras.

Quando eu assumi, herdei R\$ 4,5 bilhões de dívidas. Contratei 10 mil policiais, 23 mil professores, recuperei perdas salariais, fiz obras em todos os municípios.

Sim, atrasamos o terço de férias, a rescisão dos professores. Mesmo assim, é preferível isso do que faltar professor em sala de aula ou não ter policial na rua. Tirei o problema dos paranaenses e trouxe para mim. Vou fazer essa obra, vou contratar policiais. Depois resolvemos a situação. Os problemas foram pontuais. Para a população, foi vantajoso.

Foi imprudência ter gasto mais do que havia em caixa?

Não, não foi. Foi coragem. Pergunte lá em Londrina: a maior reivindicação era a duplicação da PR-445. Uma obra de R\$ 100 milhões. Os técnicos me disseram: "Essa obra é cara, vai ser difícil..." Aí eu peitei. Vamos fazer.

Uma parte já foi inaugurada. O segundo trecho foi paralisado por dificuldades financeiras. Mas a obra é uma realidade, e vai ser tocada.

Se eu não tivesse tido coragem lá atrás, ela não teria acontecido. Se você ficar esperando ter dinheiro em caixa, não vai sair do lugar. A economia se deteriorou, tivemos problemas, mas a obra vai acontecer. É isso que importa para o cidadão.

Preservar a saúde fiscal do Estado também importa...

Mas as obras aconteceram e as dívidas estão sendo pagas. Estamos preservando.

É uma visão mais política do que técnica?

É uma visão de alguém que

tem sensibilidade. E eu estou pagando o preço.

A presidente Dilma Rousseff (PT) também enfrenta dificuldades. A crise no Paraná enfraquece o discurso da oposição contra o governo federal?

Não, de forma alguma. Nós estamos todos no mesmo contexto. É uma crise nacional, que atinge a todos.

Mas como os tucanos poderão falar em austeridade depois do que aconteceu no Paraná?

Esse é um problema que nos foi imposto. O Paraná não é uma ilha. Todos foram atingidos. Nós fizemos a lição de casa, mas a crise nos afetou. No ano passado, nosso orçamento não se confirmou, porque foi baseado em projeções e expectativas anunciadas pela própria presidente. "A economia está aquecendo, vai crescer 5%..." Não houve isso.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

27 FEV 2015

Aécio Neves acusou a presidente de estelionato eleitoral. O sr. foi reeleito dizendo que as finanças estavam saneadas. É estelionato eleitoral?

De forma alguma. Nós fizemos o que prometemos, sim.

Eu disse que nós vínhamos equacionando as dívidas do Estado. Vínhamos. Eu estava saneando as contas e fazendo, investindo. Há contratações, obras. Nada disso existia. O Estado está avançando, e a dívida é administrável.

No caso da presidente, é diferente. Ela disse que não ia mexer em conquistas de servidores. E mexeu. Ela disse: "Nem que a vaca tussa".

Mas o sr. é acusado exatamente da mesma coisa.

Mas ninguém me perguntou se eu ia mexer na previdência. Não falei que não ia mexer. Ao contrário. Chegou um momento que, com a queda de receitas e a economia se deteriorando, não dá mais para sustentar dessa forma.

Por que deixar esses ajustes para depois da eleição?

As coisas só se agravaram nos últimos meses de 2014. O primeiro pacote foi apresentado em dezembro, mas já vinha sendo elaborado antes.

Não teria sido mais transparente falar disso antes?

O planejamento era apresentar no final do ano.

Politicamente, o sr. sofreu uma queda de popularidade.

A vida do governante não é só dar boas notícias. Devemos também ter a coragem de apresentar medidas amargas, impopulares, mas fundamentais. Eu tive essa coragem. Mais para frente, as pessoas vão perceber. Minha popularidade oscilou, mas o que não pode oscilar é a coerência.

Houve recuos em medidas. Faltou habilidade política?

Houve um erro, mas foi involuntário. Nós tínhamos urgência em implantar essas propostas. Agora, retiramos e estamos discutindo. Eu sou do diálogo, do entendimento.

27 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

A carceragem, de Pedrinhas a Curitiba

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA

Jô de Souza Nojosa. Conhece esse nome, caro leitor? Possivelmente não. Salvo para a família, se a tem, ele não passa de mais um dado na triste estatística de presos mortos enquanto sob custódia do Estado brasileiro. Morreu em janeiro de 2014, no presídio de Pedrinhas (MA) em uma continuidade de mortes anunciadas. Mas não precisamos usar argumentos fáceis.

Basta olhar as prisões do Paraná para vermos qual é a situação prisional no Brasil. Em agosto passado, por exemplo, quatro presos foram mortos, sendo dois decapitados, no presídio de Cascavel (PR), uma das regiões mais ricas do país.

Mas por que lembrar de assuntos tão desagradáveis? A resposta deve ser buscada nas páginas desta *Folha*, que contava, no domingo passado, como presos na operação Lava Jato seriam tratados de maneira desumana na custódia da Polícia Federal em Curitiba. Na carceragem eles comeriam com as mãos e defecariam sob o olhar de curiosos.

A verdade está longe disso. Estão presos, é certo, e presos sofrem restrições, inclusive quanto à privacidade. Ninguém imagina que lhes serão ofertados talheres de metal, ou que tenham direito a contatos com visitantes sem controle. É assim aqui e no resto do mundo.

Podemos vislumbrar ao menos

Temos que tratar igualmente a todos, inclusive presos; que qualquer preso do país tenha as mesmas condições que os empresários e mensaleiros

dois problemas. O primeiro atinge a nós, classe média formada por executivos, funcionários públicos, advogados, jornalistas, profissionais liberais etc., e consiste em uma identificação de classe social.

Ali, nesse cárcere, não está o morador da favela, negro e pobre. Está alguém que poderia ser nosso vizinho, o tio que vemos só no Natal, ou o risonho habituê das piscinas dos clubes que frequentamos. Temos dificuldade em aceitar ser essa pessoa perigosa, mesmo que a continuidade dos crimes de colarinho branco seja socialmente mais danosa que a pequena criminalidade que nos assusta diariamente.

Mas não é somente essa a questão. Temos realmente um sistema prisional à beira do colapso. Não porque prendamos demais —ser preso no Brasil é uma questão de azar, como provam centenas de milhares de mandados de prisão não cumpridos—, mas porque não há condições minimamente dignas na maioria dos presídios e cadeias. Isso é espantosamente disseminado

e nos causa constrangimentos internacionais, como aconteceu no caso Henrique Pizzolato.

Felizmente tal descalabro não ocorre na custódia da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba ou no setor do Complexo da Papuda onde cumpriram pena os mensaleiros. As condições desses cárceres estão entre as mais honrosas e deveriam ser o modelo mínimo para que o país não se envergonhe da forma como trata seres humanos.

Enfim, temos que buscar, de maneira republicana, tratar a todos igualmente, inclusive quando encarcerados. Que todos tenham as mesmas condições que os empresários têm, ou que os mensaleiros tiveram. E que eventuais histórias em quadrinhos sobre esse assunto reflitam a realidade de qualquer pessoa presa neste país.

P.S.: Já que o assunto carcerário é essencialmente tratado pelo Ministério da Justiça e que o atual ministro se mostra tão acessível a advogados de presos, seria o caso de os advogados organizarem excursões para conversar com Sua Excelência. Pedrinhas poderia começar a vender os tiquetes.

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA, 50, procurador regional da República, é mestre em direito pela Universidade Cornell (EUA), ex-membro da Força-Tarefa Banestado e membro da Força-Tarefa Lava Jato

27 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Corregedora manda afastar juiz que dirigiu Porsche de Eike

Processos contra empresário terão de migrar para outras Varas

IGOR GIELOW
DIRETOR DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, decidiu nesta quinta (26) afastar imediatamente das funções o juiz Flávio Roberto de Souza, da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Responsável por ações criminais contra Eike Batista, Souza foi flagrado nesta semana dirigindo um Porsche Cayenne apreendido do empresário. Ele também deu a vizinhos a guarda de um outro carro da família de Eike, uma Range Rover, e de um piano de cauda.

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que contempla o Rio, informou que vai dar "imediato cumprimento à determinação da ministra".

Segundo a decisão de Andrighi, todos os processos referentes a Eike terão de sair da alçada de Souza, sendo redistribuídos aleatoriamente a outras Varas Federais Crimi-

nais. Para a ministra, ao usar os bens do réu, Souza confundiu seu papel de magistrado com o de pessoa física, provocando repercussão nacional.

Procurado nesta quinta para comentar a decisão, Souza não foi encontrado.

O tempo do afastamento do juiz deverá ser arbitrado pelo plenário do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), órgão que abriga a Corregedoria.

Souza poderá recorrer da decisão, talvez com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal.

A decisão também considera que o juiz comportou-se de forma indevida ao expressar-se, em entrevistas, de forma negativa sobre Eike. Para Andrighi, isso fere o Código de Ética da Magistratura, e a ministra determina que ele se manifeste de forma mais prudente daqui em diante.

A ministra havia determinado apuração do caso após a divulgação das fotos do juiz dirigindo o Porsche, na terça

(24). Na sequência, ela fez uma viagem de trabalho ao Amazonas, da qual retornou na tarde desta quinta. Ao constatar que a investigação não havia andado, resolveu tomar a medida.

O juiz Souza alega que não havia nada de irregular em sua conduta em relação ao Porsche e que apenas estava resguardando a integridade do bem apreendido como garantia em um dos processos por suposta manipulação do mercado acionário na venda de papéis de empresas de Eike - a OSX e a OGX.

Em relação ao piano, ele afirmou que inicialmente iria deixá-lo com o empresário, mas depois resolveu enviá-lo a alguém de sua confiança para a guarda.

O TRF já havia suspenso o leilão dos carros de Eike após a divulgação do caso do Porsche. O tribunal deveria decidir na semana que vem sobre o eventual afastamento de Souza.

27 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Juiz critica 'excessos' de advogados de empreiteira

OAS apresentou papéis fraudados, diz Moro

O juiz Sergio Moro classificou de "excessos ofensivos" a acusação da empreiteira OAS de que o delegado da Polícia Federal Marcio Anselmo, que conduziu a Operação Lava Jato até o final do ano passado, teria "faltado com a verdade" em relação a dois deputados apanhados pela apuração: André Vargas (ex-PT-PR) e Luiz Argolo (SD-BA).

Despacho do juiz desta quinta (26) aponta que foi a OAS e seus dirigentes que apresentaram documentos fraudados à Justiça, não a PF.

Roberto Telhada, advogado da OAS, diz que a ameaça do juiz é inaceitável: "O juiz poderia indeferir tudo, mas nunca ameaçar advogados".

A OAS disse em petição que o delegado sabia desde setembro de 2013 que os dois parlamentares eram interlocutores do doleiro Alberto Youssef e cita um e-mail de 2013, enviado à empresa que fabrica o celular BlackBerry, que menciona André Vargas.

Um dos advogados da OAS, Edward Carvalho, disse que toda a investigação então deveria ter sido enviada ao STF. A PF diz que só soube que Vargas trocava mensagens com Youssef em março de 2014.

Desembargador derruba ordem de bloquear WhatsApp

DE SÃO PAULO - O desembargador Raimundo Nonato da Costa Alencar, do Tribunal de Justiça do Piauí, derrubou nesta quinta-feira (26) uma decisão de um juiz do Estado que pedia a suspensão do serviço de bate-papo WhatsApp no Brasil.

A decisão foi tomada em razão de mandado de segurança impetrado por companhias de telecomunicações, às quais o magistrado havia ordenado o bloqueio do app.

A Folha apurou que a decisão de Alencar favorece algumas teles, como GVT, Embra-tel e Claro.

TIM, Oi e Vivo também entraram com mandados de segurança.

A ordem de suspensão do aplicativo foi emitida pelo juiz Luiz Moura Correia, da Central de Inquéritos da Comarca de Teresina.

De acordo com Correia, o objetivo era forçar o WhatsApp a colaborar com investigações da polícia do Estado.

O serviço mensageiro não estaria ajudando em investigações realizadas desde 2013 e que teriam relação com crimes ("graves", afirma o juiz do Piauí, mas sem especificá-los) contra crianças e adolescentes.

MÔNICA BERGAMO

MEU OU SEU?

O China in Box, que já venceu ações judiciais contra empresas que usam a expressão "in box" (na caixa), teve uma derrota. O Tribunal de Justiça de SP deu razão a uma companhia que usa a marca "Detox in Box". "Não se pode monopolizar um termo em situações sem qualquer possibilidade de confusão entre uma marca e outra", diz Marcelo Mazzola, advogado da firma de entrega de produtos orgânicos.

MEU OU SEU? 2

A rede de culinária chinesa ainda analisa se vai recorrer. E declara que "a construção da marca, que se tornou líder e detentora do uso exclusivo da expressão 'in box' [segundo decisão judicial de 2014], veio por conta de muito investimento". A empresa já moveu ações contra a "Asia in Box", a "Massa in Box" e a "Uai in Box", por suposta tentativa de imitação.

PAINEL

CPF Relator dos casos da Lava Jato, Teori Zavascki sinalizou a colegas do STF que deve retirar totalmente o sigilo dos pedidos de abertura de inquérito contra políticos. Com isso, devem ser revelados os nomes completos dos possíveis investigados e o andamento dos processos.

Caladão Entre as medidas a serem adotadas por Janot para aumentar sua segurança, às vésperas de apresentar pedidos de investigação contra políticos, está mudar o número do celular.

28 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Peça em tribunal é cancelada, e produção alega censura

'Dissecar uma Nevasca' faria temporada
no Palácio da Justiça, em São Paulo

**Segundo produtor,
nudez e palavrões
foram o motivo; TJ-SP
nega e diz que horário e
duração eram inviáveis**

GUSTAVO FIORATTI
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), com aval de seu presidente, José Renato Nalini, cancelou nesta semana oito apresentações da peça "Dissecar uma Nevasca" que seriam apresentadas no hall de entrada do Palácio da Justiça, localizado na região da Sé, no centro de São Paulo.

A produção da montagem alega censura a cenas de nudez e a diálogos contendo palavrões.

Segundo André Canto, produtor do espetáculo, a temporada estava prevista para ser realizada entre os dias 7 e 29 de março. O acordo não havia sido firmado por escrito, apenas verbalmente. "Estávamos em diálogo desde outubro do ano passado e, para dar o OK final, nos foi exigida uma proposta de texto com cortes de cenas de nudez e de diálogos contendo palavrões", diz Canto.

O espetáculo tem texto da autora sueca Sara Stridsberg, direção da também sueca Bim de Verdier e já passou por

uma temporada no Sesc Belenzinho, entre janeiro e fevereiro. A trama se inspira na vida da rainha sueca Cristina (1626-1689).

Um e-mail trocado entre a produção da peça e o escrevente técnico judiciário Paulo Rovina Capovilla, do TJ-SP, registra questionamentos da produção relativos a pedido de corte.

"O incômodo está no seio aparente? Quando a personagem passa a tinta sobre os seios, ainda é considerado nudez?", pergunta Canto.

Em sua resposta, Capovilla diz: "[...] Compreendo a insistência quanto à solução das questões que foram apresentadas, mas, como foram levantadas de forma generalizada, eu não tenho como te precisar uma resposta". No e-mail, é sugerida uma reunião com a presidência "para que as dúvidas possam ser dirimidas".

"Quando, poucos dias antes da reestrea prevista, recebemos a notícia de que a temporada tinha como condição cortes de palavras específicas do texto e extração ou mudanças, ficamos chocados", diz a diretora do espetáculo.

"As modificações neste caso perturbariam o significado da obra, sua dramaturgia, e seriam um total desrespeito com sua autora", continua.

"Um espetáculo pode ser modificado depois da estreia, mas essas modificações são feitas pelos artistas com critérios artísticos, jamais podem ser feitas sob pressão de outros."

Em ofício à diretora, Nalini dá outra explicação à recusa, alegando que os horários de apresentação e a duração da peça eram incompatíveis com o espaço. No texto, diz que eventos apresentados pelo Projeto Arte e Cultura no TJSP "são de menor envergadura e acontecem sempre no horário do almoço ou no final da tarde de um dia de labor, normalmente com duração máxima de 60 minutos."

A assessoria de imprensa do tribunal diz que Nalini não solicitou cortes na peça em razão de cenas de nudez.

"Se a solicitação foi feita, o foi por pessoas encarregadas de trazer os espetáculos para o projeto Arte e Cultura no TJ, que, inadvertidamente, podem ter imaginado que o espetáculo, mais curto e sem cenas de nudez, tivesse condições de ser apresentado em dias de semana, tal qual tem acontecido em todas as apresentações do Arte e Cultura no TJ."

28 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Médico que atende paciente que abortou e a denuncia comete crime de quebra de sigilo?

SIM

Médico ou carcereiro?

JULIANA GARCIA BELLOQUE E GUILHERME MADI REZENDE

O sigilo profissional existe para garantir a confiança na relação entre o profissional e a pessoa que o procura, conferindo eficiência a atividades de interesse público. É da própria essência dessas atividades. Assim é que, desde a primeira comunhão, os católicos ouvem que o que contam ao padre em confissão é inviolável. Os advogados também sabem que não podem revelar o que seus clientes lhes confidenciam. Entre a revelação dos segredos e a plenitude da assistência, a opção democrática sempre foi pela última.

A área de saúde também não prescinde da relação de confiança. E esta não é possível sem o sigilo médico. "Aquilo que no exercício e fora do exercício da profissão e no convívio da sociedade, eu tiver visto ou ouvido, e que não seja preciso divulgar, eu conservarei inteiramente secreto", diz o milenar juramento de Hipócrates.

O preceito ético incorporou-se na lei brasileira pelo artigo 154 do Código Penal que diz ser crime "revelar alguém, sem justa causa, segredo de que se tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem". Constitui crime a conduta do médico que transforma em caso de polícia sua atenção profissional à paciente em si-

tução de abortamento.

O atendimento adequado exige que se relate exatamente o que aconteceu. Jamais o fará a paciente que correr o risco de ser presa pelas mãos do médico; pior, temerá a própria procura de auxílio, o que geraria um sério problema de saúde pública. O compromisso do médico é com a saúde da mulher, assim ele jurou. Médico não é — e não pode querer ser — agente de segurança pública.

Não se argumente que haveria justa causa nessa hipótese. Não há.

A justa causa que autoriza a revelação do segredo é aquela que se coaduna com a função social da profissão; a quebra do sigilo pode ocorrer para salvar vidas, quando o médico tem a informação de que seu paciente provocará danos à saúde de outrem, podendo intervir para evitar esse mal. Não se pode enxergar causa legítima na atitude persecutória do médico em relação a condutas pretéritas daqueles que dele se socorrem.

Outras normas auxiliam na compreensão do referido artigo. Durante um procedimento criminal, o médico jamais poderá ser testemunha contra o seu paciente, exceto se por este expressamente desobrigado do dever de sigilo (artigo 207 do Código de Processo Penal). Parece óbvio

que a proibição de relatar o que sabe sobre um crime abrange o ato de dar origem a uma investigação contra o paciente.

Por outro lado, a contravenção penal de "omissão de comunicação de crime" apenas traz esse dever ao médico quando a comunicação "não exponha o cliente a procedimento criminal", evidenciando que, neste caso, prevalece o sigilo.

Pensar o contrário seria atingir o âmago do sigilo médico, sua razão de ser. Ele existe especialmente para que aqueles que estejam em delicada situação — seja do ponto de vista moral, seja do ponto de vista jurídico — não deixem de procurar assistência à saúde por receio de perseguição pelo Estado.

A que tipo de sociedade interessa que a persecução prevaleça sobre a vida e a saúde de seus integrantes? Não se duvida que o sigilo médico tenha como objetivo resguardar um interesse público maior.

Sendo o abortamento inseguro a quinta causa de mortalidade materna no país, obstaculizar o acesso da mulher à assistência à saúde, pelo medo de que o hospital se transforme em prisão, significaria acumular mais e mais cadáveres.

JULIANA GARCIA BELLOQUE, 37, é defensora Pública do Estado de São Paulo
GUILHERME MADI REZENDE, 42, é advogado criminalista

CONTINUA

28 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

NÃO

Quando a regra não é clara

JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL

O sigilo é um dos temas mais caros de estudo, na atualidade. Casos momentosos, como o de Edward Snowden, constituem evidência disso. Em regra, condiciona-se o apoio à quebra de sigilo à concordância, ou discordância, com a temática envolvida. Snowden é considerado herói por uns e terrorista por outros.

Esse início pode soar descabido, mas o caso em análise não diz respeito ao sigilo profissional. A indignação que a conduta do médico gerou deve-se ao entendimento de que o aborto seria um direito da mulher.

Não é raro médicos notificarem ferimentos por arma de fogo e facadas, que podem resultar em inquéritos contra seus pacientes, sem que haja tamanha reação.

Deve-se lembrar que o aborto, salvo situações específicas, constitui crime. É bem verdade que o artigo 66, inciso II, da Lei de Contravenções Penais diz que o médico não está obrigado a notificar crime de ação penal pública, expondo seu paciente a procedimento criminal. Não estar obrigado, porém, é diferente de estar proibido.

Igualmente, é certo que o Conselho Regional de Medicina de São Paulo já proferiu pareceres no sentido de que o médico que notifica o aborto provocado comete infração ética. Ocorre que, em muitos desses pareceres, ao falar de outros crimes, aduz-se apenas que o médico não

está obrigado a informá-los. Em nenhum ponto se explica o que diferencia o aborto dos demais delitos.

Em 2010, o Ministério da Saúde publicou o caderno “Atenção Humanizada ao Abortamento”, que fala claramente na necessidade de mudança de atitude, frisando que cabe ao médico acolher, e não julgar. Uma vez que se requer uma mudança na abordagem, concluo que a situação não seja líquida e certa.

Em 2014, o Ministério da Saúde editou a Portaria 1.271, que em seu artigo 2º, inciso I, define como agravo, para fins de notificação compulsória, “qualquer dano à integridade física ou mental do indivíduo, provocado por circunstâncias nocivas, tais como acidentes, intoxicações por substâncias químicas, abuso de drogas ou lesões decorrentes de violências interpessoais, como agressões e maus tratos, e lesão autoprovocada”. Ora, não seria o aborto, em regra, decorrente de uma lesão autoprovocada?

Entendo firmemente que médicos que notificam abortos provocados por pacientes não procedem da melhor forma. A prática pode desestimular a busca de ajuda. Salvo quando haja riscos a terceiros, médicos nunca deveriam ser obrigados a notificar situação envolvendo pacientes, inclusive quando se trate de abuso de drogas, suicídio tentado e envolvimento em crime.

No entanto, dada a falta de clareza das normas vigentes, mesmo que se admita infração ética, é impossível reconhecer o crime de quebra de sigilo profissional. A responsabilidade penal exige mais do que a administrativa para se caracterizar.

Deve-se, ainda, ter em mente que situações como a de que ora se trata ocorrem em prontos-socorros, onde o profissional encontra-se pressionado pelo número de pacientes, pela carência de recursos e pelo pouco tempo para decidir. Não se pode, ademais, desprezar o temor de vir a ser implicado na provocação do aborto, dada a frequente necessidade de curetagem.

Por óbvio, a paciente, já fragilizada, foi submetida a constrangimento incompatível com o acolhimento buscado por quem se dirige a um hospital. Mas é preciso considerar a insegurança do médico.

Que sejam editadas normas claras. Que se criem procedimentos-padrão. Que se cultive a boa prática de manter equipes multidisciplinares nos hospitais, evitando decisões solitárias. Pelo bem da saúde pública, não podemos permitir que o exercício da medicina se transforme em atividade de alto risco jurídico, sobretudo, penal.

JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL, 40, advogada, é professora livre docente de direito penal na Faculdade de Direito da USP

28 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Aborto polêmico

De tempos em tempos ganha destaque um caso de aborto que expõe a violência a que a clandestinidade da prática sujeita as mulheres. No mais recente deles, uma jovem de 19 anos usou comprimidos para interromper a gravidez, sentiu-se mal e procurou um médico.

Em vez de receber tratamento humanizado, com direito a confidencialidade — como asseguram o Código Penal, o Código de Ética Médica e as normas técnicas do Ministério da Saúde —, foi denunciada pelo profissional que a atendeu.

Preso em flagrante, acabou liberado após pagamento de fiança, mas deverá responder a processo. Em tese, poderá sofrer condenação de um a três anos de detenção.

Polêmica, a criminalização do aborto divide a sociedade. Para uma parcela da população, o procedimento equipara-se ao assassinato — se não for mais grave, já que a vítima é tida como um inocente que não tem chance de defesa.

Para a outra porção, contudo, trata-se de direito inalienável da mulher. O embrião nos estágios iniciais da gestação não é vida plena, mas apenas em potência, e cabe à mulher decidir se quer ou não levar adiante o processo. Tal entendimento tem o apoio desta **Folha**.

Embora seja muito difícil que as pessoas mudem seus sentimentos em relação ao aborto, nada impe-

de a busca de soluções capazes de tornar a discussão menos conflituosa e mais produtiva.

Apesar de haver um fosso separando as duas posições, existem objetivos comuns. O mais óbvio deles é reduzir o número de abortos. Mesmo os que defendem a plena liberdade da mulher para realizá-lo concordam que a prática representa uma espécie de último recurso.

Assim, outros métodos contraceptivos, bem como a ampla divulgação de informações sobre como utilizá-los, são preferíveis e devem ser disponibilizados para a população. Nessa lista estão incluídas, para os casos de emergência, a chamada pílula do dia seguinte.

Verdade que a doutrina oficial da Igreja Católica rejeita até a camisinha, mas a maioria das outras religiões e muitos dos católicos brasileiros não vão tão longe.

Na questão do encarceramento também cabe alguma solução de compromisso. Poucos defendem que o lugar das mulheres que tentam o aborto é a cadeia. Isso abre espaço para discutir modificações na lei, de modo a eliminar as penas privativas de liberdade.

Por fim, deve-se considerar a realização de um plebiscito a respeito da matéria, criando oportunidade para que os dois lados exponham seus argumentos e deixando a população dar a palavra final.

28 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça liberta 97 torcedores, mas proíbe ida a estádios

Eles estavam presos por briga no domingo, no Rio

A Justiça do Rio determinou a liberdade dos 97 torcedores presos antes do clássico Vasco e Fluminense, no domingo (22), pelo Estadual. Eles foram detidos em flagrante devido a brigas.

O pedido de habeas corpus foi feito por advogados do torcedor Lusenrik Sarandy Pinto e beneficiou os outros acusados de formação de quadrilha e violência no esporte.

Em nota, o Tribunal de Justiça do Rio informou que as prisões serão substituídas por comparecimento mensal ao juízo e proibição de frequentar estádios ou perímetro de 5 km do entorno, além do impedimento de sair da cidade.

Os torcedores terão que se apresentar duas horas antes das partidas envolvendo Fluminense e Vasco na sede da Polícia Civil, no centro da capital, e permanecer até duas horas após o fim dos jogos.

MÔNICA BERGAMO

NOITE JURÍDICA

O advogado Pedro Estevam Serrano fez um jantar em sua casa, na quinta (26), em homenagem ao jurista Celso Bandeira de Mello. Estiveram no encontro os advogados Marco Aurélio Carvalho e Francisco Zavascki, filho do ministro do STF Teori Zavascki.

01 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Demora por escolha ao STF gera críticas

Corte tem vaga aberta desde a saída de Joaquim Barbosa, há 7 meses; presidente não tem prazo para preenchê-la

Ex-ministros engrossam coro de Celso de Mello e Marco Aurélio; com dez juízes, tribunal está sujeito a empates

CATIA SEABRA
DE SÃO PAULO

Ex-ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) engrossam o coro de críticas à demora da presidente Dilma Rousseff na escolha do 11º integrante da corte. A vaga está desocupada há mais de sete meses, desde que o ex-ministro Joaquim Barbosa se aposentou.

Para eles, a morosidade da presidente fere um princípio segundo o qual o número de titulares dos tribunais deve ser ímpar para evitar empates nas decisões judiciais.

“O atraso é uma desconsideração da presidente Dilma Rousseff com o STF. Nunca vi isso”, afirma o ex-ministro Carlos Velloso, que chega a propor uma emenda constitucional que fixe prazo para o preenchimento de cargos vagos em tribunais.

Na quinta-feira (26), os ministros Celso de Mello e Marco Aurélio acusaram a presidente Dilma de “omissão”.

Marco Aurélio chegou a classificar a demora de “nefasta” para a dinâmica do Supremo. A avaliação ocorreu durante um julgamento que terminou em empate, de quatro votos contra quatro —dois ministros estavam ausentes.

“Essa omissão irrazoável e abusiva da presidente da República [...] está interferindo

na qualidade dos julgamentos”, disse Celso de Mello, o mais antigo membro do STF.

Marco Aurélio, o segundo em antiguidade, endossou: “Veja como é nefasto atrasar-se a indicação de quem deve ocupar a cadeira”, disse.

Ex-ministro do STF e também do governo Dilma, Nelson Jobim afirma que a demora prejudica até a definição do novo titular do tribunal.

“Se a presidente não resolve logo quem será o próximo ministro do Supremo, aparece um monte de nome e então se dá a confusão”, avalia.

Segundo Carlos Ayres Britto, também aposentado da corte, “há uma razão de ser do número ser ímpar”.

“A demora do preenchimento compromete os julgamentos. Fere a pureza de um princípio democrático, o da ‘majoritariedade’”, afirma. “O princípio democrático resulta abatido de uma só cajadada”, completa.

A substituição do próprio Ayres Britto também demorou. O nome de seu substituto, Luís Roberto Barroso, foi anunciado em maio de 2013, seis meses depois da aposentadoria de Ayres Britto.

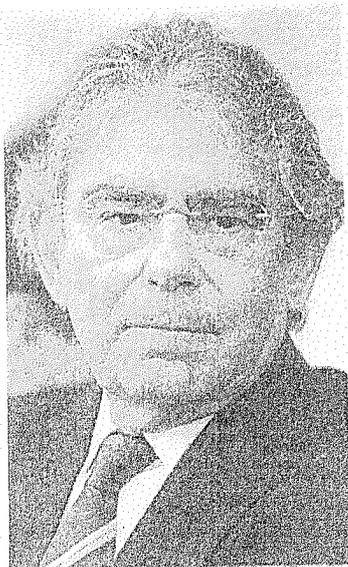
A aposentadoria de Joaquim Barbosa foi oficializada no fim de julho de 2014. Desde então, o STF funciona com um integrante a menos.

Apesar das críticas, Dilma só deve indicar o novo ministro após a instalação da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, que precisa avaliar o nome. O PMDB deve indicar o presidente da comissão nesta semana, o que destrava a instalação.

CONTINUA

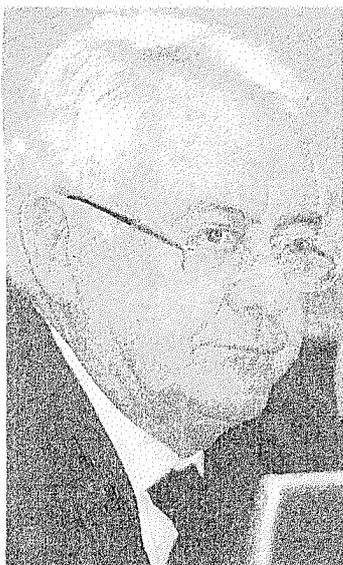
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



“ A demora do preenchimento compromete os julgamentos. Fere a pureza de um princípio democrático, o da ‘majoritariedade’. O princípio democrático resulta abatido de uma só cajadada

CARLOS AYRES BRITTO,
ex-ministro do STF



“ O atraso [para a indicação de um substituto para Joaquim Barbosa] é uma desconsideração da presidente Dilma Rousseff com o Supremo Tribunal Federal. Nunca vi isso

CARLOS VELLOSO,
ex-ministro do STF, que propõe a
fixação de prazo para substituições



“ Se a presidente não resolve logo quem será o próximo ministro do Supremo, aparece um monte de nome [de candidatos à vaga em aberto] e então se dá a confusão

NELSON JOBIM
ex-ministro do STF e
ex-ministro dos governos
Lula e Dilma

01 MAR 2015

CELSO DE MELLO

*Essa omissão (...) está se tornando irrazoável e até mesmo **ABUSIVA** por parte da senhora presidente da República na indicação de um novo juiz para o Supremo*

ministro do STF, em crítica à demora de Dilma em escolher um nome para a vaga deixada por Joaquim Barbosa

01 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Talento para polêmica é marca do juiz do caso Eike

Discussão com colega sobre julgamento de processo foi uma das controvérsias

Trajetória do magistrado também é conhecida por notas boas e por se expressar de modo tranquilo

MARCO ANTÔNIO MARTINS
DO RIO

O juiz federal Flávio de Souza, 52, responsável por todos os processos contra Eike Batista e que ganhou notoriedade na semana passada por chegar ao tribunal para trabalhar dirigindo o Porsche do empresário, é conhecido pela forma tranquila de se expressar e o talento em se envolver em polêmicas.

No caso de Eike, o juiz, que pediu licença médica na sexta (27) —a decisão sobre a concessão sai na terça (3)—, acabou suspenso pela corregedora do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Mas as controvérsias marcam a carreira do adepto do budismo que no início da década de 1990 deixou a cidade de Cruzeiro do Sul (Acre) para morar no bairro do Estácio, região central do Rio —hoje mora na Barra da Tijuca.

Passou logo no primeiro vestibular da UFRJ e, além do estágio na faculdade, ganhou um cargo no Tribunal de Contas do Município do Rio, do qual seu tio Mauro Tavares foi um dos fundadores.

Em 1993, obteve a carteira da Ordem dos Advogados com a nota 8,75, considerada boa pelos avaliadores. O resultado motivou Souza a deixar a proteção do tio e seguir outro caminho.

Em 1998 foi um dos 33 procuradores da República nomeados pelo então procurador-geral Geraldo Brindeiro. No ano seguinte, ao saber que havia sido aprovado em concurso da Justiça Federal, preferiu vestir a toga.

Como substituto da 3ª Vara Federal do Rio, no início da década passada, Souza discutiu com o então titular, o juiz aposentado Lafredo Lisboa, sobre quem deveria julgar o processo chamado de Propinoduto 4.

A ação era desdobramento do caso envolvendo 13 auditores fiscais que causaram um rombo de R\$ 3 bilhões.

A discussão entre os dois levou a uma enxurrada de ações da defesa dos auditores que passaram a obter benefícios com a demora judicial —alguns crimes prescreveram. Em 2008, o então corregedor da Justiça, o desembargador Sérgio Feltrin, determinou o julgamento, que foi feito por Lisboa.

Coincidiu que nessa época, dezembro de 2005, Souza foi promovido para a 2ª Vara de Cachoeiro de Itapemirim (ES).

Em 2007, Souza mandou prender o então secretário de Saúde de Colatina (ES), por não cumprir a ordem de ceder gratuitamente, em 48 horas, remédios para uma criança de cinco anos, com câncer. Voltou ao Rio, em 2009, como titular da 3ª Vara Federal.

Durante toda a sexta (27), a **Folha** tentou falar com o juiz. Em mensagens de texto por telefone, foram explicados os temas que seriam abordados nesta reportagem. Ele não respondeu.

01 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Descontrole financeiro explica crise no Paraná

Em ano eleitoral, governador Richa, do PSDB, gastou mais do que arrecadou

Em 2015, um quarto do orçamento foi cortado, obras estão paradas e servidores entraram em greve

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

O tucano Beto Richa assumiu o governo do Paraná em 2011 rodeado por grandes expectativas. Aos 45 anos, havia sido o prefeito mais bem avaliado do país em Curitiba, segundo o Datafolha, e pavimentava caminho para se tornar líder nacional do PSDB.

Porém, para adversários e até mesmo aliados ouvidos pela *Folha*, a ânsia de apresentar resultados, aliada à falta de gestão, o levaram a uma grave crise financeira, que agora ameaça o Estado.

Desde seu primeiro ano, seu governo gasta mais do que arrecada. Em 2014, quando Richa foi reeleito, o Paraná teve o segundo maior déficit do país, conforme dados preliminares, e começou 2015 devendo R\$ 1,2 bilhão por obras e serviços já realizados.

Servidores estão sem receber o terço de férias desde dezembro. Universidades estaduais ameaçam fechar as portas. Obras foram paralisadas.

“É muito decepcionante.

Foi tipo acreditar em Papai Noel”, diz a professora Mari-za Locateli, que votou em Richa. “A gente achava que ele era a melhor pessoa do mundo. E olhe que situação.”

A derrocada fiscal começou com uma prática comum a muitos governos: viver de um “orçamento fictício”.

Na lei orçamentária, o governo Richa superestimou receitas e subestimou despesas. À *Folha* ele disse que se baseou em projeções de crescimento do PIB que não se confirmaram. “A economia se deteriorou, tivemos problemas.”

Amparado pela previsão orçamentária, autorizou despesas sem se preocupar se havia dinheiro. Em campanha, prometeu “um novo ritmo de obras”. Também aumentou o salário de professores e contratou 10 mil policiais, elevando a folha até perto do limite máximo previsto em lei.

A alta de receitas, graças ao desempenho da economia local, não foi suficiente. A arrecadação subiu 70% em cinco anos, mas as despesas dobraram. “Foi um erro”, avalia um ex-integrante do governo. “Todos sonharam alto e ninguém viu como estava o caixa”, completa.

Em 2013, os problemas começaram a aparecer. Com pagamentos atrasados, empreiteiras paralisaram obras.

‘PERSEGUIÇÃO’

Richa, diz aliados, não reconheceu a fragilidade: atribuiu a culpa à “perseguição” do governo federal, que demorou para liberar empréstimos que obtivera com órgãos nacionais e internacionais.

O Proinveste foi liberado pelo BNDES a todos os Estados, menos ao Paraná. O acesso aos R\$ 816 milhões só foi possível após ordem judicial, em agosto passado, dois anos após a autorização.

O governador nega que o fato tenha servido como bode expiatório para a crise. “Nós fizemos a nossa parte. Reduzimos custeio, cortamos secretarias e comissionados.”

Para o governo, a situação melhoraria com os empréstimos —a crise foi empurrada com a barriga. No fim de 2014, ano da reeleição, o caixa estava R\$ 1,7 bilhão negativos.

Segundo o cientista político Emerson Cervi, da UFPR (Universidade Federal do Paraná), Richa cometeu “uma barbearagem administrativa”, mas conseguiu preservar a imagem. Venceu no primeiro turno com 55% dos votos.

“Pesou mais a mão do político que do administrador”, diz. “A decisão de voto é sempre comparativa. Os oponentes não conseguiram convencer que seriam melhores.” Neste ano, um quarto do orçamento foi cortado. Obras estão paradas, servidores, em greve, e há protestos nas ruas.

O governador, que diz ter agido “com sensibilidade”, promete situação melhor até o fim do ano —agora, com medidas amargas, como mudanças na Previdência e aumento de impostos.

Colaborou FELIPE BÄCHTOLD,
de Porto Alegre

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

01 MAR 2015

CURVA DESCENDENTE

Como o governo Beto Richa (PSDB) entrou em crise financeira



Viveu de um orçamento fictício

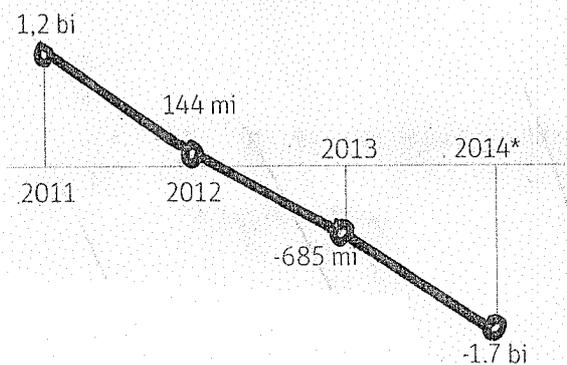
Ano a ano, a lei orçamentária superestimou receitas e subestimou despesas. O governo foi autorizando despesas para cumprir metas de campanha, sem atentar que não havia dinheiro. O caixa encolheu e fechou 2014 em R\$ 1,7 bilhão negativos



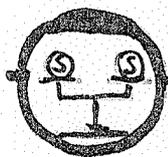
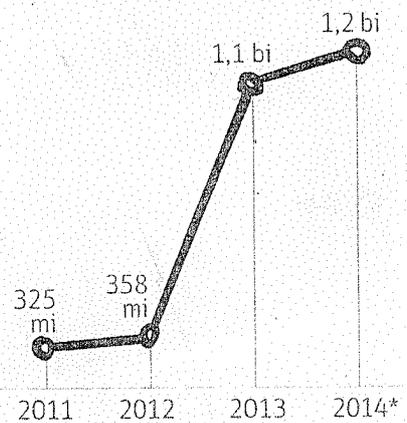
Fez dívidas com fornecedores

Na hora de pagar por obras e serviços já realizados, não havia dinheiro. No fim do ano passado, as dívidas com fornecedores chegaram a R\$ 1,2 bilhão

DISPONIBILIDADE DE CAIXA, EM R\$



RESTOS A PAGAR, EM R\$



Gastou mais do que arrecadou

A receita do Paraná aumentou 70% desde 2010, mas as despesas dobraram



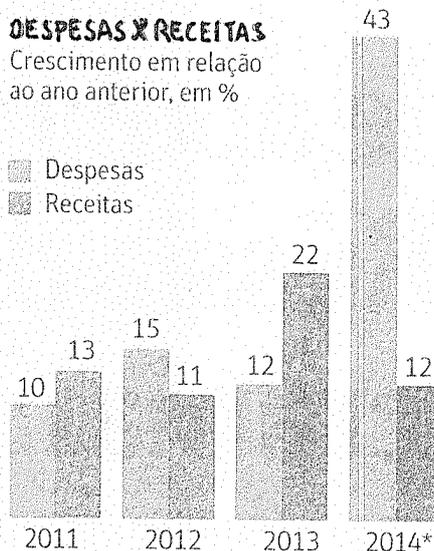
Apostou em empréstimos que não vieram

No começo da gestão, Richa conseguiu sete empréstimos para financiar obras e projetos. A maior parte deles, porém, só foi liberada no final de 2014

DESPESAS X RECEITAS

Crescimento em relação ao ano anterior, em %

Despesas
Receitas



R\$ 2,2 bilhões

somam os empréstimos solicitados e ainda não liberados para o Paraná

R\$ 4,6 bilhões*

foi o déficit do Paraná em 2014, o segundo maior do país

*Dados preliminares
Fonte: Secretaria da Fazenda do Paraná

02 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

TJ nega recondução de Robson Marinho ao tribunal de contas

Tucano foi afastado após suspeita de receber propina da multinacional Alstom

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

O Tribunal de Justiça de SP negou o pedido do conselheiro afastado do TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) Robson Marinho para que fosse reconduzido ao cargo na corte de contas.

Marinho recorreu ao TJ após a concessão de medida liminar em agosto passado pela juíza Maria Gabriella Pavlopoulos Spaolonzi, da 13ª Vara da Fazenda Pública da capital, que determinou o afastamento em razão da suspeita de que ele tenha recebido propina da multinacional francesa Alstom.

Em votação unânime, três desembargadores do TJ consideraram “fundamentada e pautada por prudente e necessária cautela” a decisão de primeira instância.

A desembargadora Isabel Cogan, relatora do recurso no TJ, votou pela manutenção da liminar sob o argumento de que “os fatos são graves e a verossimilhança é revelada pelos elementos amealhados nestes autos. A causa, por outro lado, versa sobre atos de improbidade administrativa,

a revelar o manifesto interesse público envolvido”.

Marinho é a autoridade mais graduada sob acusação no caso Alstom. Ele foi o principal secretário do governo estadual do tucano Mário Covas de janeiro de 1995 a abril de 1997, quando ocupou a chefia da Casa Civil.

Além desta ação, Marinho também é acusado em uma ação de improbidade administrativa proposta pelo MP.

Em ambos processos, a alegação da Promotoria é a de que ele participou de esquema montado para ajudar a Alstom a conseguir um contrato sem licitação com estatais paulistas de energia em 1998, no governo Covas.

Segundo o promotor José Carlos Blat, um dos autores das ações, “a decisão do TJ mostra que as provas contra Marinho são contundentes e não é admissível que um agente público que cometeu atos de corrupção continue ocupando um cargo de conselheiro de contas”.

A Folha não localizou o advogado de Marinho no domingo (1º). Em sessão no TCE em maio, o conselheiro negou ter recebido propina.

02 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Desafios atuais da delação premiada

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA E RODRIGO DALL'ACQUA

É importante que se tenha
a verdadeira dimensão
da delação premiada; o
depoimento não pode ser
considerado como prova

Discussões sobre a delação premiada costumam se dar de forma polarizada, com posições veementemente contra ou a favor.

Para alguns, o instituto é abjeto, pois o Estado não pode institucionalizar a traição. Outros argumentam que não há valor moral em manter o silêncio entre integrantes de uma organização criminosas e que o delator age eticamente ao confessar seus pecados, ajudando no combate ao delito que antes cometia.

O debate sobre o valor ético e moral da colaboração premiada é relevante e merece ser aprofundado, mas não pode eclipsar questões que reclamam imediata reflexão.

A lei está em vigor e várias de suas mazelas estão sendo expostas, em tempo real, na Operação Lava Jato. Membros da advocacia, Ministério Público e magistratura desempenham papel essencial nesse delicado acordo, e vários de seus deveres e deslizes já se mostram claros.

O advogado tem como principal incumbência orientar o cliente sobre todos os seus direitos — como, a quase esquecida garantia de preservação da imagem do delator (prevista em lei) — e de adverti-lo sobre seus deveres — notadamente a obrigação de não omitir circunstância relevante sobre crimes assumidos.

Para evitar que ocorra omissão de fatos na confissão, vale para criminalistas o exemplo dos advogados especializados em direito concorrencial, que, ao assessorarem interessados em acordos de leniência perante o Cade, realizam uma criteriosa investigação interna, analisando e-mails e documentos, entre outras providências, a fim de se aproximarem da certeza de que nenhum dado relevante será omitido.

As hipóteses de conflito de interesses merecem uma cautelosa reflexão por parte do advogado quando consultado para atuar na defesa de mais de um delator no mesmo caso. Uma divergência na versão de dois colaboradores pode acarretar a nulidade do acordo. O advogado tem o dever ético de recusar a causa se vislumbrar a mínima probabilidade de colisão entre as defesas de seus clientes ou de levar ao conflito com as informações sigilosas transmitidas pelos representados.

A opção pela delação não retira do cidadão o direito de ser assistido por um profissional comprometido e isento. É temerário constatar, na Lava Jato, vários colaboradores representados por um só advogado.

O Ministério Público, por sua vez, deve cuidar para que o papel de acusador não se sobreponha à função de fiscal da lei, jamais fazendo uso da prisão cautelar como meio de arancar delações. Na construção do acordo, o MP não pode inserir benefício ou exigência não admitidos na legislação. Cobrar a desistência de recursos ou prometer vantagens patrimoniais ao delator são exemplos que a Lava Jato nos fornece de atuação do MP à margem da lei.

Diante de qualquer ilicitude, o juiz tem a obrigação de declarar a nulidade do acordo, sem temer a impopularidade de sua decisão.

Também por imperativo legal, o magistrado deve perscrutar todos os aspectos da personalidade do colaborador. Quem já descumpriu acordo anterior não oferece traços mínimos de confiabilidade para transacionar novamente com a Justiça.

Além de uma correta atuação de todos operadores do direito envolvidos, é importante que a mídia e a sociedade tenham uma adequada percepção da verdadeira dimensão da delação premiada, sem superveniente da sua importância.

A lei nº 12.850/13 adverte que “nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador”. O depoimento não pode ser considerado prova, mas sim instrumento para produção de prova.

Para o bem do seu amadurecimento enquanto instrumento de auxílio no combate ao crime organizado, é essencial que a aplicação da colaboração siga estritamente a lei e os princípios constitucionais, anulando-se todo e qualquer acordo que flerte com a ilegalidade.

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA, 48, advogado criminalista, membro do Instituto dos Advogados, foi presidente da Comissão de Prerrogativas da OAB-SP e da Caixa de Assistência dos Advogados. Seu escritório defende Erton Fonseca, executivo da Galvão Engenharia investigado na Lava Jato

RODRIGO DALL'ACQUA, 38, advogado criminalista, sócio de José Luis Oliveira Lima, é diretor do Instituto de Defesa do Direito de Defesa

02 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ministério Público critica atitude do governo na Lava Jato

Para órgão, Executivo deveria preocupar-se mais com a corrupção e menos em reabilitar empresas envolvidas

CGU defende acordos de leniência com firmas; para Procuradoria, negociações ferem interesse público

DE BRASÍLIA

O Ministério Público Federal divulgou neste domingo (1º) nota em que diz reconhecer a legitimidade da CGU (Controladoria-Geral da União) para celebrar acordos de leniência com empresas envolvidas em desvios no escândalo da Petrobras.

Ponderou, porém, que o governo deveria preocupar-se mais com as “consequências econômicas e sociais da corrupção” do que com a reabilitação de firmas flagradas na Operação Lava Jato, que investiga corrupção na Petrobras.

“Conforme a experiência internacional demonstra, quanto menor a corrupção na sociedade, melhores são as condições para o desenvolvimento econômico e social”, diz a nota do MPF.

As divergências sobre os acordos de leniência, uma espécie de delação premiada para empresas, têm se intensificado nos últimos dias. Por

um lado, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, defende tal possibilidade.

O Ministério Público Federal, por sua vez, tem dito que eventuais acordos com a CGU — que poderiam evitar que as empresas fiquem proibidas de contratar com o poder público — podem ser prejudiciais ao interesse público.

Como parte das investigações sobre o esquema são sigilosas, os procuradores argumentam que a CGU poderia aceitar como novas provas e crimes que o MPF já conhece — ou seja, que não representariam avanço para as investigações.

“Conforme a experiência internacional demonstra, quanto menor a corrupção na sociedade, melhores são as condições para o desenvolvimento econômico e social

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
em nota

“Acordos de leniência, assim como os acordos de colaboração, só podem ser celebrados quando estiverem presentes três requisitos cumulativos: reconhecimento de culpa; ressarcimento, ainda que parcial do dano; e indicação de fatos e provas novos”, pontua a nota.

Um grupo de procuradores foi ao TCU (Tribunal de Contas da União) na semana passada e pedir que a corte impedisse qualquer acordo de leniência pela CGU no caso.

Prisões

Por fim, o Ministério Público aproveita o texto para rebater críticas de advogados da Lava Jato, que têm reclamado das prisões preventivas de réus. Eles alegam que elas são uma estratégia para pressionar os detidos a fazer confissões em troca do abrandamento de penas.

“Dos 13 acordos de colaboração celebrados, 11 foram feitos com pessoas soltas e os dois restantes foram feitos com presos que continuaram presos”, relata.

“De modo que está desconectado da realidade o argumento de que prisões são feitas para forçar pessoas a acordos.” (SEVERINO MOTTA)

02 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça do Rio devolve piano e veículo a Eike Batista

Juiz do caso pediu licença por 15 dias

A Justiça Federal no Rio julga nesta terça (3) os atos do juiz Flávio Roberto de Souza, flagrado dirigindo o veículo Porsche Cayenne, do empresário Eike Batista. Na sexta (27), a Justiça determinou a devolução de um piano de Eike, que estava na casa de um vizinho do juiz, e de um outro carro apreendido no processo, o Range Rover do filho de Eike, flagrado na garagem do condomínio onde mora o magistrado.

A decisão de tornar o empresário e seu filho fiéis depositários dos próprios bens foi do juiz substituto da 3ª Vara Federal, Vítor Barbosa Valpuesta, que assumiu na quinta-feira, após o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) determinar o afastamento de Souza. Dois dias antes, Souza fora flagrado chegando à Justiça Federal, no Centro do Rio, dirigindo o Porsche.

Após ser afastado do caso, Souza pediu licença médica por 15 dias.

Os dois bens chegaram à casa do empresário, na zona sul do Rio, entre 21h e 23h, de sexta. O piano foi levado por uma transportadora e apresentava parte da tampa danificada, diferente de quando foi apreendido. O Range Rover chegou guiado por agentes da PF.

PAINEL O quebra-cabeças

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deve dividir em “núcleos fáticos” o pedido de abertura de inquéritos contra políticos com foro privilegiado citados na Operação Lava Jato. Até a semana passada, a equipe que o auxilia no processo trabalhava com cerca de 40 núcleos. Cada um diz respeito a um fato específico, citado por um ou mais delatores dos desvios na Petrobras. Os mesmos políticos podem aparecer simultaneamente em mais de uma investigação.

Monumento Cada pedido deve dar origem a um inquérito. Há dúvidas entre advogados se Teori Zavascki relatará todos eles ou se haverá uma redistribuição no STF.

Para lembrar No mensalão, depois da denúncia já apresentada —fase posterior à que o petrolão deve começar—, foram dois anos até a abertura da ação penal e mais cinco até o julgamento.

Máscula 1 Há no STF a avaliação de que a demora de Dilma em nomear o novo ministro prejudica a presidência de Ricardo Lewandowski.

Máscula 2 O presidente da corte tem deixado de pautar os principais julgamentos pendentes para evitar que o quórum de dez magistrados leve a empates.

Menos dois No Tribunal Superior Eleitoral, a indecisão de Dilma também se faz sentir. O mandato de Luciana Lóssio acabou na semana passada, e agora são dois titulares a menos na corte.

02 MAR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça determina que parte dos professores volte

Decisão leva em conta estudantes que vão prestar o Enem

A Justiça concedeu uma liminar que determinou que os professores do terceiro ano do Ensino Médio retomem as atividades hoje. A decisão foi imposta pelo juiz de plantão do estado, Victor Martin Bapschke. No despacho, o juiz justifica que "há risco evidente e irreparável a ausência do conteúdo para os fins do concurso vestibular, provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e recomposição do calendário escolar". Caso a ordem seja descumprida, haverá multa diária de R\$ R\$ 10 mil.

A decisão estipula também que 30% dos servidores administrativos da educação voltem aos trabalhos para garantir que o conteúdo dos terceiro ano seja repassado adequadamente aos alunos.

No fim da tarde de sexta-feira (27), o governo do estado protocolou um pedido de liminar para que a greve dos professores da rede pública do Paraná seja decretada ilegal. Conforme a Justiça, essa questão só poderá ser julgada depois de quarta-feira (4), quando a categoria vai se reunir em assembleia. ●

Justiça pressiona pelo fim da greve

Justiça quer fim da greve dos professores

O juiz Victor Martin Batschke, do Tribunal de Justiça do Paraná, intimou a volta às salas dos professores do 3.º ano do ensino médio. A decisão, proferida às 18h45 de sábado, dá um prazo de 48 horas para o reinício das aulas. O juiz determinou também que 30% dos servidores da área administrativa retornem ao trabalho no mesmo prazo. A liminar prevê multa diária de R\$ 10 mil caso o sindicato dos professores descumpra a ordem.

Segundo o juiz, a decisão visa não prejudicar os alunos que vão prestar as provas do Enem e o vestibular em 2015.

O juiz também afirma que a greve pode ser declarada ilegal, se não for encerrada nos próximos dias. Ele lembra que havia reais motivos para a paralisação e diz que as negociações só terminaram no fim da semana passada. Segundo ele, seria razoável que o governo esperasse três dias úteis pela decisão da assembleia da categoria, marcada para a próxima quarta-feira.

Batschke ressalta que os itens da pauta foram “em grande parte” atendidos e, “com o empenho do Poder Executivo, valores substanciais já foram honrados”, citando o caso do auxílio-alimentação, do terço de férias e a retomada do porte das escolas. Assim, segundo o magistrado, a continuação por tempo indefinido da paralisação, com prejuízo para os alunos, poderia acarretar abuso do direito de greve.

Em nota divulgada no sábado, a APP-Sindicato diz que foi informada sobre a liminar através da imprensa e ainda não foi notificada oficialmente. Mesmo assim, o sindicato que representa os professores diz que irá recorrer da decisão e ressalta que a greve continua.

28 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz do caso Eike pede licença médica por 15 dias

Um dia depois de ser afastado pela corregedoria do processo que envolve Eike Batista, magistrado pede afastamento por problemas de saúde

Mariana Durão

Mariana Sallowicz / RIO

O juiz titular da 3ª Vara Federal Criminal do Rio, Flávio Roberto de Souza, encaminhou ontem à Corregedoria Nacional um pedido de licença médica para se afastar do cargo por 15 dias. Na véspera, a corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, determinou que Souza deixasse os processos ligados ao empresário por considerar um risco o “juiz manter em sua posse patrimônio particular”. Na semana passada o magistrado foi flagrado dirigindo o Porsche Cayenne Turbo de Eike, apreendido em uma operação da Polícia Federal.

Com o pedido, o juiz substituto Vitor Valpuesta já está à frente das atividades da 3ª Vara Criminal. Sua primeira ação no caso será corrigir os atos de seu colega em relação à guarda dos bens apreendidos de Eike, como determinou o desembargador Guilherme Couto de Castro. Ele deverá definir um fiel depositário, que pode ser uma instituição ou o proprietário. Nesse caso, os bens podem ficar sob a guarda do próprio Eike, mas com restrição de uso.

A lista inclui os veículos que Souza levou para seu condomínio, na zona oeste do Rio: um Porsche Cayenne, uma Range Rover e um Toyota Hilux. O piano de Eike, que estaria na casa de um vizinho do juiz, também pode voltar à casa do ex-bilionário. Mesmo itens que não foram vistos no prédio do magistrado, como a Lamborghini Aventador, joias e um ovo Fabergé podem ganhar novo destino.

Defesa

“O juiz cometeu ilícitos funcionais e o pedido é que o CNJ e o TRF adotem as sanções cabíveis”

Sergio Bermudes

ADVOGADO DE DEFESA DE

EIKE BATISTA

De acordo com o Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, a licença médica não impede que as duas sindicâncias abertas contra o juiz pela Corregedoria Regional prossigam. Além disso, a votação do pedido de afastamento do juiz, feito pela defesa de Eike, está mantida na pauta de terça-feira da 2ª Turma Especializada do TRF. Na sessão, os desembargadores definirão se anulam os atos praticados por Souza na ação, como uma audiência e a apreensão de bens.

Uma fonte próxima ao juiz, que preferiu não se identificar, conta que Souza tem a saúde frágil e precisou se afastar diversas vezes nos últimos meses. O magistrado, segundo a fonte, tem uma doença chamada esteatose hepática, no grau 8. Trata-se de um acúmulo de gordura nas células do fígado, também chamada de infiltração gordurosa do fígado. Além disso, Souza tem problemas de pressão alta e é diabético. Uma junta médica avaliará o magistrado para ratificar ou não a licença médica.

Ontem, os advogados do fundador do grupo X encaminharam representação contra o juiz ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao TRF, questionando a conduta do magistrado à frente do caso Eike. As reclamações foram motivadas pelo episódio com o Porsche.

“O juiz cometeu ilícitos funcionais e o pedido é que o CNJ e o TRF adotem as sanções cabíveis”, disse o advogado Sergio Bermudes, que representa o empresário. O TRF pode advertir o juiz ou encaminhar o caso ao CNJ que, por sua vez, pode até decretar sua aposentadoria. A defesa de Eike estuda também mover uma ação por danos morais contra Souza.

28 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça bloqueia bens de Agnelo pela 2ª vez em uma semana

Ex-governador responde por irregularidades na inauguração de centro administrativo do DF a 2 dias do fim do mandato

Talita Fernandes | BRASÍLIA

A Justiça determinou na quinta-feira a indisponibilidade de bens do ex-governador do Distrito Federal Agnelo Queiroz (PT) e do ex-administrador de Taguatinga Anaximenes Vale dos Santos, num total de R\$ 28 milhões. É o segundo bloqueio de patrimônio do petista em uma semana.

O novo pedido aceito pela Justiça foi feito pelo Ministério Público do Distrito Federal, que abriu ação de improbidade administrativa para investigar irregularidades na inauguração do Centro Administrativo do Distrito Federal (Centrad), em Taguatinga, no fim do ano passado. A indisponibilidade dos bens – negada em primeira instância, mas atendida agora pela desembargadora Simone Lucena – serve para garantir que os réus, se condenados, devolvam o dinheiro para ressarcir os prejuízos causados ao poder público.

A desembargadora afirmou em sua decisão ver indícios de irregularidade em autorização concedida por Santos para que o Centrad começasse a funcionar sem a emissão de um Relatório de Impacto de Trânsito, exigência do Departamento de Trânsito (Detran). De acordo com o Ministério Público, Agnelo exonerou o então administrador de Taguatinga, Antônio Sabino, e nomeou Santos para o cargo em 30 de dezembro de 2014, a dois dias de encerrar o mandato do petista. Na sequência, o novo administrador concedeu a certidão que autorizava o funcionamento do centro.

Alerta. Os promotores afirmam ter alertado o então governador sobre a impossibilidade de emissão do certificado de habite-se – documento que permite que um imóvel novo seja ocupado – sem o relatório de trânsito. Eles alegam que havia necessidade de cumprir as exigências do Detran antes da inauguração.

O ex-governador já teve bens bloqueados na semana passada por decisão do juiz Alvaro Ciarlini, da 2.ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal. Foram bloqueados R\$ 37 milhões de Agnelo e de outras quatro pessoas por ações de improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público relacionadas à realização de eventos esportivos em Brasília, incluindo a prova de abertura da temporada 2015 da Fórmula Indy que foi cancelada pelo sucessor do petista, Rodrigo Rollemberg (PSB).

O advogado de Agnelo não foi localizado ontem.

• Segundo bloqueio

R\$ 28 mi

é a soma dos bens de Agnelo e do ex-administrador de Taguatinga, Anaximenes Vale dos Santos, bloqueados em ação de improbidade por irregularidades na inauguração do novo centro administrativo do Distrito Federal

R\$ 37 mi

é o total bloqueado de Agnelo e de outros quatro acusados em ação julgada na semana passada

28 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RAO

Cadeiras vazias

Nos meios jurídicos, o que se diz é que Celso de Mello não falava apenas do STF quando reclamou de Dilma pela demora na indicação de novos ministros.

O STJ teve de esperar longo tempo por uma recente nomeação. Além disso, tribunais federais e a Justiça trabalhista continuam “esburacadas”, aguardando, há meses, pela escolha de novos integrantes em suas câmaras.

Cadeiras 2

No caso do Supremo, essas fontes chamam a atenção para um possível risco no horizonte: a vaga que falta preencher é da Segunda Turma do tribunal, que hoje está com apenas quatro ministros.

Assim, poderia terminar em empate, aí pela frente, o julgamento dos habeas corpus de empresários envolvidos na Operação Lava Jato.

E empate significa... liberdade para os julgados.

01 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Mais um excesso judicial

Ao se converter em depositário de dois automóveis de luxo e de um piano que mandou apreender na residência do empresário Eike Batista, que está sendo processado por uso de informação privilegiada relativa a suas empresas e por tentativa de manipulação de mercado, o juiz Flávio Roberto de Souza, da 3.^a Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, não se limitou a exorbitar de suas prerrogativas funcionais. Ele também mostrou como práticas profundamente enraizadas podem comprometer a imagem das instituições encarregadas de aplicar o direito positivo.

Flagrado guiando um Porsche Cayenne Turbo do empresário, avaliado em R\$ 970 mil, depois de ter enviado um ofício ao Detran – com o grifo de “urgentíssimo e sigiloso” – determinando que o veículo ficasse à disposição da Justiça Federal, Souza alegou que não havia ninguém de sua confiança para guardar o automóvel e que o utilizou apenas para não deixá-lo exposto ao sol e à chuva. Ao explicar por que estacionou em sua própria garagem outro veículo de luxo de propriedade de Batista, o magistrado afirmou que não havia espaço no pátio da Corte. E, com relação ao piano, que mandou colocar no condomínio onde mora, o juiz disse que ele estava “em péssimo estado de conservação” e que precisava de uma pessoa cuidadosa. Por fim, su-

geriu que estaria sendo submetido a intimidações e constrangimentos por parte do empresário e de seus advogados.

São argumentos estapafúrdios. E o comportamento do titular da 3.^a Vara Criminal Federal do Rio de Janeiro, ao usufruir de bens de luxo cuja apreensão foi por ele determinada de forma espalhafatosa, foi acintoso.

Por isso, o Ministério Público Federal cumpriu seu papel, pedindo a substituição de Souza no julgamento das ações penais abertas contra Eike Batista e a anulação das decisões por ele já tomadas no caso. A Justiça Federal suspendeu o leilão dos bens do empresário. A Corregedoria da Justiça Federal da 2.^a Região instaurou sindicância para apurar a conduta do magistrado. E a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) distribuiu nota esclarecendo que a legislação só permite o uso de veículos apreendidos judicialmente em caso de interesse público e lembrando que o desrespeito a essa determinação deve ser apurado em processo administrativo.

A rapidez e a determinação reveladas neste caso pelo Ministério Público, pelo Judiciário e por entidades de magistrados surpreendem positivamente. Essa, porém, não é a tradição no setor. Felizmente, no entanto, a leniência e a acomodação que costumavam prevalecer nessas instituições, diante de abusos cometidos por magistrados, estão sendo substituídas por ações corretivas mais rígidas e prontas. Mas

ainda há excessos.

Em janeiro de 2014, por exemplo, um desembargador do Rio Grande do Norte envolveu-se numa briga numa padaria, exigindo aos berros que um atendente o passasse a chamar de “excelência”. Meses depois, ao ser flagrado numa blitz de trânsito dirigindo sem carteira de habilitação e sem documentação do veículo, um magistrado de primeira instância do Rio de Janeiro tentou dar carteirada – e, como não teve sucesso, ordenou a prisão de uma agente de trânsito, alegando que ela o teria ofendido ao afirmar que “juiz não é Deus”. Mais grave ainda, o magistrado não sofreu qualquer sanção administrativa pela carteirada e a agente, que cumpria sua função, foi condenada pelo Tribunal de Justiça a indenizá-lo, por “ironizar autoridade judicial”. Em dezembro, ao chegar ao aeroporto depois de encerrados os procedimentos de embarque, um juiz do Maranhão ordenou a prisão dos funcionários da companhia aérea, alegando que eles não teriam acatado suas ordens.

O caso do titular da 3.^a Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, usufruindo irregularmente de bens de luxo apreendidos por sua determinação, é um caso nessa lista de abusos. Desta vez, porém, a cúpula do Judiciário agiu imediatamente para demonstrar a todos – principalmente aos cidadãos investidos de autoridade – que juiz não é Deus nem anda de Porsche arrestado.

01 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça devolve carro e piano a Eike Batista

Mônica Ciarelli / RIO

A Justiça Federal devolveu ao empresário Eike Batista um piano e um carro Range Rover apreendidos pela Polícia Federal no início de fevereiro. O instrumento e o automóvel estavam no condomínio onde mora o juiz titular da 3.^a Vara Federal Criminal do Rio, Flávio Roberto de Souza.

O carro, que permanecia estacionado na garagem do edifício do juiz, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio, teve a guarda devolvida ao filho de Eike, Thor Batista. Já o piano, que estava na casa de um vizinho de Souza no mesmo condomínio, voltou para a casa do empresário. Mas, segundo Sérgio Bermudes, advogado de Eike, o instrumento chegou com parte da tampa danificada. Os bens foram entregues na noite de sexta-feira.

O piano danificado foi levado por uma transportadora, enquanto o veículo Range Rover chegou guiado por agentes da Polícia Federal.

A decisão de tornar o empresário fiel depositário dos bens apreendidos foi do juiz substituto da 3.^a Vara Federal, Vítor Barbosa Valpuesta.

Encarregado de dois processos que Eike responde na Justiça, o juiz Flávio Roberto de Souza foi flagrado no dia 24 ao volante do Porsche Cayenne turbo placa DBB 0002 que pertencia ao empresário.

Após uma intensa polêmica sobre o uso dos bens apreendidos, a corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, determinou na quinta-feira que Souza deixasse os processos ligados ao empresário por considerar um risco o "juiz manter em sua posse patrimônio particular".

No dia seguinte, Souza encaminhou à Corregedoria Nacional um pedido de licença médica para se afastar do cargo por 15 dias. O juiz substituto Vítor Valpuesta assumiu em seu lugar as atividades da 3.^a Vara Criminal.

Julgamento. Apesar da licença médica e da determinação da ministra, o julgamento sobre o pedido de afastamento do juiz feito pela defesa de Eike está mantido na pauta da próxima terça-feira da 2.^a Turma Especializada do Tribunal Regional Federal.

Na sessão, os desembargadores definirão se anulam os atos praticados por Souza na ação, incluindo a apreensão dos bens do empresário.

A ideia era deixar o carro o menos exposto possível

FLÁVIO ROBERTO DE SOUZA, juiz federal, considerando "absolutamente normal" dirigir o Porsche Cayenne de Eike Batista apreendido pela Justiça. "Vários juízes fazem isso", disse

O ESTADO DE S. PAULO

Perfil *
Rodrigo Janot

01 MAR 2015

Procurador-geral
da República

● Bacharel e mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais, ingressou na Procuradoria em 1984. Presidiu a Associação Nacional dos Procuradores da República e integrou três vezes o Conselho Superior do MPF. É procurador-geral desde 2013.

LISTA DE JANOT É MAIOR TESTE DE CREDIBILIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

‘Tuiuiús’, a geração pró-independência
do Ministério Público, preparam novo voo

Lourival Sant’Anna
ENVIADO ESPECIAL / BRASÍLIA

No Carnaval de 2001, a escola de samba Salgueiro desfilou com um enredo que dizia: “Voa, tuiuiú, beleza!” O apelo à ave-símbolo do Pantanal encontrou eco em uma audiência improvável: membros do Ministério Público Federal, cansados de eleger listas triplices para procurador-geral, sistematicamente ignoradas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que nomeou por quatro vezes sucessivas Geraldo Brindeiro para o cargo.

Os procuradores passaram a se autodenominar “turma dos tuiuiús”. “A gente não conseguia alçar voo”, lembra o ex-procurador-geral Cláudio Fonteles. “Batia sempre na trave.” Um imponente jaburu – outro nome da ave – empalhado passou a

● Garantia

“Não há possibilidade de passar uma coisa pelos olhos desses caras. São várias pessoas olhando a mesma coisa. Estão fisicamente juntos, na mesma sala, e discutem caso a caso, do lado da sala do procurador-geral”

Procurador da República

figurar na mesa do boteco de Brasília onde o grupo se reunia às sextas-feiras para arquitetar seus planos contra o “engavetador-geral da República”, como Brindeiro ficaria celebrizado, por não encaminhar ao Supremo Tribunal Federal denúncias que não interessavam ao governo.

Desde a nomeação de Fonteles, em junho de 2003, no início da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, os governos petistas têm nomeado para o cargo o mais votado nas eleições da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Os tuiuiús do Planalto Central passaram a fazer jus ao seu codinome. O primeiro grande voo foi a denúncia do mensalão, em 2006, feita por Antonio Fernando de Souza, cuja eleição para o cargo de procurador-geral, pela ANPR, fora ignorada por Fernando Henrique, mas acatada, ironicamente, por Lula, quando foi novamente o mais votado, em 2005 e 2007.

CONTINUA

Nesta semana, os tuiuiús se prepararam para o seu maior voo: o procurador-geral Rodrigo Janot deve apresentar a lista dos políticos envolvidos no escândalo da Petrobrás. O prazo para a apresentação expirou no sábado, sem que Janot e sua equipe de seis procuradores da República e dois promotores do Distrito Federal conseguissem concluir a revisão dos relatórios. Para aumentar o nervosismo dentro e fora do Ministério Público, diante do maior teste de sua breve história de relativa independência, Janot ainda se reuniu na semana passada com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e com o vice-presidente Michel Temer, que preside o PMDB.

Há posições políticas e jurídicas para todos os gostos entre os 1.084 procuradores espalhados pelo Brasil. Eles gozam de independência funcional. Não precisam concordar com Janot em nada. Há os que apoiam e os que se opõem a ele. Até mesmo Brindeiro continua lá, embora já tenha idade para aposentar-se.

Entretanto, Janot tem bastante prestígio na instituição. É apoiado pelos mais jovens, que ocupam as funções de procuradores e procuradores regionais, enquanto muitos subprocuradores-gerais, no topo da carreira, sentem-se relegados. Isso graças a uma política de entregar aos mais jovens o “filé”, ações que envolvem governadores, parlamentares e ministros, com foro privilegiado. “Os procuradores e procuradores regionais vão em nome do procurador-geral visitar os ministros dos tribunais superiores, que percebem que eles têm mais prestígio”, queixa-se um subprocurador-geral.

Diárias. Essas ações propiciam aos iniciantes na carreira, lotados nos outros Estados, receberem passagens e diárias para vir a Brasília. Com isso, as remunerações de membros de nível mais baixo estão se equiparando aos que estão no topo. Apesar disso, Janot usufrui, no mínimo, do benefício da dúvida, quando não de franco crédito.

Os oito integrantes do grupo de trabalho que assessora Janot em Brasília nos casos envolvendo políticos com foro privilegiado, assim como os sete procuradores da força-tarefa que investiga em Curitiba empreiteiros, doleiros, lobistas, ex-parlamentares, ex-

governadores e funcionários da Petrobrás, todos escolhidos a dedo pelo procurador-geral, são reconhecidos por suas expertises e idoneidade.

“São os melhores ou tão bons quanto outros”, definem dois experientes procuradores. “São tecnicamente preparados e têm experiência reconhecida com outros casos tão ou mais complexos que esse, e gozam na carreira da maior respeitabilidade.”

A pergunta sobre se Janot poderia ceder a pressões políticas e dirigir os resultados das apurações, os dois descartam: “Não há possibilidade de passar uma coisa pelos olhos desses caras. São várias pessoas olhando a mesma coisa. Trabalham em equipe. Estão fisicamente juntos, na mesma sala e discutem caso a caso, do lado da sala do procurador-geral.” Além disso, esse grupo de trabalho em Brasília “troca informações o tempo todo com a força-tarefa em Curitiba”, argumentam. “Estão aprofundando ao máximo possível a investigação e a independência funcional é garantia da carreira.” Ou seja: se houver manipulação, perceberão, e se perceberem, vão tornar pública.

Nervosismo. Nada disso aplaca o nervosismo no Ministério Público, diante do alcance do embate com o Executivo. Afinal, tudo indica que o esquema investigado servia para financiar os principais partidos do governo. O mandato de Janot termina em setembro. É provável que seja reeleito na votação da ANPR. Mas a presidente Dilma Rousseff não é obrigada a nomeá-lo. A Constituição diz que o presidente pode escolher qualquer procurador com mais de 35 anos de idade.

Até aqui, a partir de Lula, o mais votado na ANPR foi nomeado. Mas histórias que circulam nos corredores da Procuradoria sugerem uma certa precariedade nessa breve tradição. “Não há compromisso do governo de escolher da lista”, constata um veterano subprocurador-geral. “Escolhe se coincide. Há intenso trabalho político depois da lista formada de escolher o primeiro da lista. Mas ele tem de mostrar que vai manter o diálogo com o governo.” Janot, por exemplo, teria prometido isso, e cumprido na semana

que passou, com seus encontros com Cardozo e Temer, embora os três neguem ter falado da lista.

Fonteles conta que, quando Lula o chamou na biblioteca do Palácio da Alvorada para dizer que iria nomeá-lo, disse ao presidente: “Vou ficar só dois anos e vou ser extremamente independente. Não quero recondução. Pense bem. O jogo vai ser bem aberto”. Lula teria respondido: “Vou correr esse risco”. Fonteles foi criticado por não ter denunciado o então chefe da Casa Civil, José Dirceu, no escândalo envolvendo seu subordinado, Waldomiro Diniz, e o empresário do jogo Carlinhos Cachoeira.

Em 2009, no calor do mensalão, Lula teria pensado em nomear procurador-geral Wagner Gonçalves, segundo colocado da lista da ANP, considerado à esquerda do mais votado, Roberto Gurgel. “Queremos ter nosso Brindeiro”, ironizavam os petistas. Sepúlveda Pertence, ex-procurador-geral e ex-ministro do STF, conta que dissuadiu Lula. Pertence brincou com o presidente, parafraseando o general Golbery, que disse: “Criamos um monstro”, referindo-se ao Serviço Nacional de Informações, na ditadura militar.

O “monstro”, no caso, era a independência do MP. Um ou dois anos depois, conta Pertence, Lula concordaria com ele. Gurgel foi outro algoz do PT no mensalão. O fato é que foi reeleito pela ANPR em 2011, e nomeado por Dilma. “O ex-presidente não se arrepende, ao contrário, tem orgulho, de ter respeitado a autonomia do Ministério Público e sempre nomeado o primeiro colocado na lista triplíce”, garantiu a assessoria de Lula.

A CRISE, O PROTESTO E O RECUO NO PARANÁ

Após 1º mandato no 'mundo irreal', com despesas crescentes, ajuste de Richa para na reação popular

Ricardo Galhardo

ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

“**N**o Paraná que eu acredito, a educação é prioridade absoluta”, dizia um personagem da propaganda eleitoral do governador Beto Richa (PSDB) de 22 de setembro do ano passado. Ao fundo um cantor dizia: “A gente está no rumo certo”. Duas semanas depois o tucano seria reeleito no 1.º turno. “O melhor está por vir”, era o slogan da campanha.

Em 12 de fevereiro, pouco mais de quatro meses da eleição, deputados da base governista precisaram usar um ônibus blindado da Polícia Militar para entrar na Assembleia Legislativa, onde tentaram votar às pressas dois projetos de lei que previam, entre outras coisas, um corte de 24,5% no Orçamento do Estado.

O prédio estava cercado por professores e trabalhadores da educação, em greve desde o dia 7, que reclamavam o pagamento de um terço das férias, rescisões contratuais e manutenção de condições de trabalho ameaçadas pelo pacote de ajuste fiscal idealizado pelo novo secretário da Fazenda do Estado, Mauro Ricardo Costa.

Sem dinheiro em caixa para honrar compromissos básicos, o governo havia decidido

atrasar em três meses o pagamento de férias, rescisões e outros benefícios dos professores, cortar 2.200 turmas, profissionais de apoio das escolas e programas de complemento educacional como aulas de artes e idiomas. Acuados pela multidão que tomou o plenário, os deputados improvisaram a sessão no restaurante da Casa e ali desistiram de votar os projetos apelidados de “pacotaço” pela imprensa paranaense. Para deixarem o prédio, os deputados precisaram da intermediação do opositor Tadeu Veneri (PT) com os manifestantes.

“Fiquei surpreso, (*o movimento*) foi muito bem articulado. Eu não sabia que tinha uma articulação tão forte assim”, admitiu Beto Richa ao **Estado**, na quinta-feira passada. “Quem já não passou por isso? Eu é que estava mal acostumado.”

Na véspera, o tucano foi obrigado a capitular. Diante de milhares de manifestantes que foram do centro até o Palácio Iguaçu, sede do governo, Richa ordenou que o “pacotaço” fosse retirado da pauta do Legislativo.

Eleito em 2010 com a promessa de realizar um “choque de gestão” semelhante ao que Aécio Neves (PSDB-MG) executou em Minas Gerais, o tucano surfou durante quatro anos em um “mundo irreal” – segundo as palavras de Mauro Ricardo – onde, apesar do grande aumento de receitas, o Estado gastava

mais do que arrecadava. Segundo levantamento feito pelo **Estado** Dados, o desequilíbrio nas contas do Paraná se concentra no item “despesas correntes”, uma rubrica genérica na qual estão os gastos de custeio.

No período de quatro anos encerrado em outubro de 2014 – o Paraná ainda não fechou os números do último bimestre –, essas despesas cresceram quase 90% acima da inflação. Nesse quesito, foi a maior alta entre todos os governos estaduais.

Os gastos com pessoal também aumentam significativamente nesses quatro anos: 23% (já descontado o efeito da inflação). No ranking nacional, porém, o Paraná não se destacou: em 16 Estados, o aumento de gastos com esse item foi maior.

Não fossem esses fatores, o Paraná poderia até ter melhorado suas finanças: a receita corrente líquida, descontados os repasses para municípios, subiu 30%, em termos reais, do fim de 2010 ao fim de 2014. Foi o terceiro melhor desempenho no ranking dos Estados.

O próprio governador, respaldado por Mauro Ricardo, resumiu a equação de forma singela. “Tivemos um aumento de receitas, né Mauro? Mas as despesas foram maiores”, reconheceu.

Já o deputado estadual Péricles Mello (PT) tem outra opinião. “Ele (Richa) deixava os secretários usarem o orçamento numérico como se fosse o orçamento real”, disse o petista.

Richa investiu em dezenas de obras de infraestrutura, contratou 10 mil policiais, 26 mil professores e deu aumento salarial de 60% para os docentes, aumentou a dotação orçamentária do Legislativo e do Judiciário.

CONTINUA

Alertas. No fim de 2013, os indícios de que o Estado estava à beira da bancarrota já eram claros. Segundo o Tribunal de Contas do Estado, em vez de cumprir um superávit de R\$ 1,1 bilhão, o governo teve déficit de R\$ 744 milhões. “Como é que não vou contratar policiais, professores? Fizemos casas populares em todos municípios do Estado. Eu não podia deixar o Paraná estagnado como estava”, justificou Richa.

Para a oposição, o governador ignorou os alertas em nome da reeleição. O tucano nega, alegando que fez cortes no custeio durante o ano eleitoral. Agora, enfrenta o risco de ver a greve dos professores se alastrar para outros setores do funcionalismo – que se juntaram em um fórum para combater a tentativa do governo de alterar o regime de previdência – e o descontentamento se alastrar para a população.

Em novembro do ano passado, depois da reeleição, Richa deu início ao ajuste fiscal aprovando aumentos na alíquota do ICMS para 95 mil produtos, entre eles alimentos, vestuário, material e remédios, e de 40% no IPVA. “Todas as noites coloco a cabeça no travesseiro e começo a fazer as contas, mas não tem jeito, vou ter que repassar o aumento para o consumidor”, disse Jonatan Koersch, dono de uma padaria.

Na manifestação de quinta-feira, centenas de estudantes e trabalhadores fora do serviço público se juntaram ao protesto. “Não podemos arcar com a inconseqüência do governador”, disse a secretária Maria Rita Grumalli.

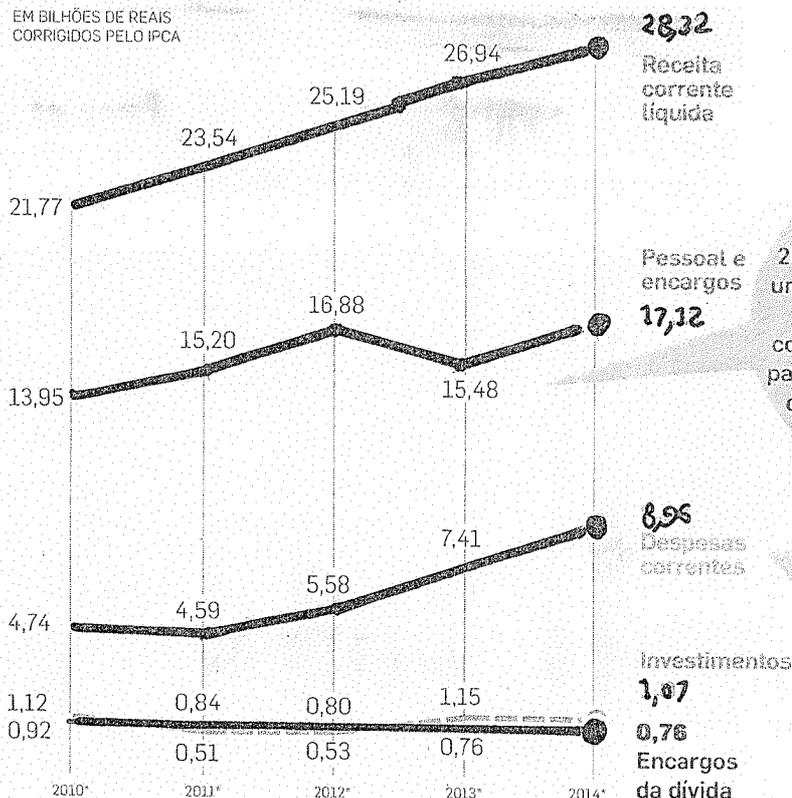
Petistas tentam nacionalizar a crise no Paraná usando como exemplo a “falência do modelo neoliberal tucano”. Dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de sindicatos de outros Estados ligados ao PT engrossaram o movimento dos profes-

sores paranaenses. Richa, por sua vez, tenta tratar a crise como um fato local, embora admita que perdeu popularidade com o aperto fiscal. /

COLABOROU DANIEL BRAMATTI

AS CONTAS DO PARANÁ

EM BILHÕES DE REAIS
CORRIGIDOS PELO IPCA



A queda entre 2012 e 2013 se deve a uma mudança contábil: o Estado deixou de considerar os recursos para servidores inativos como despesas com pessoal

Em quatro anos, os gastos de custeio (excluídos salários de servidores) aumentaram 89% acima da inflação - a maior alta entre todos os Estados

*Doze meses terminados em outubro

FONTE: TESOURO NACIONAL

INFOGRAFICO/ESTADÃO

02 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

O STF e a omissão de Dilma



A omissão da presidente Dilma Rousseff, que até hoje não indicou o substituto do ministro Joaquim Barbosa, está deixando irritados os membros do Supremo Tribunal Federal (STF). “Essa omissão tornou-se irrazoável e abusiva, pois interfere no resultado dos julgamentos”, diz Celso de Mello, o decano da Corte. “O atraso na indicação é nefasto porque prejudica as atividades do STF”, afirma o segundo ministro mais antigo, Marco Aurélio Mello.

Barbosa deixou o STF em julho de 2014, quando se aposentou por tempo de serviço. Desde então, a mais alta Corte do País vem trabalhando com dez ministros. O aumento da carga de trabalho os levou a atrasar a entrega de pareceres e os obrigou a pedir vista dos processos mais relevantes, atrasando os julgamentos. “Não é possível que não tenhamos pessoas abalizadas para assumir uma cadeira no Supremo”, protesta Marco Aurélio, classificando a demora na indicação do substituto de Joaquim Barbosa como “menosprezo institucional”.

Além da sobrecarga de trabalho dos ministros, a omissão de Dilma está obrigando o STF a suspender algumas sessões plenárias por falta de quórum, uma vez que o artigo 143 do Regimento Interno determina que a análise de temas constitucionais tenha a presença de pelo menos oito ministros. A Corte não consegue julgar ações diretas de inconstitucionalidade, ações declaratórias de constitucionalidade e ações de descumprimento de preceito fundamental quando ministros são obrigados a se ausentar, declaram-se impedidos de votar ou haja empate na votação.

É esse o caso, por exemplo, do julgamento das ações de constitucionalidade dos pacotes econômicos das décadas de 1980 e 1990, que discutem o ressarcimento de perdas sofridas

por poupadores, estimadas em R\$ 150 bilhões. O ministro Luís Roberto Barroso está impedido de tratar da questão por ter dado pareceres sobre o assunto antes de ser nomeado para o cargo.

O mesmo ocorre com os ministros Luís Fux, cuja filha integra um escritório que advoga para instituições financeiras, e Carmen Lúcia, cujo pai impetrou um processo contra os bancos. Por isso, o caso somente poderá ser retomado quando a presidente da República indicar o substituto de Joaquim Barbosa. Entre os casos pendentes de julgamento, por problemas de quórum, estão as ações que discutem a cobrança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de empresas seguradoras e de instituições financeiras e a cobrança de IPI sobre insumos oriundos da Zona Franca de Manaus.

A demora no preenchimento da cadeira deixada por Joaquim Barbosa também está criando problemas políticos. Numa ação conjunta, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação dos Juizes Federais e a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho entraram no Supremo com uma ação pedindo o estabelecimento do prazo de 20 dias para que o Executivo indique ministros para qualquer dos tribunais superiores. Caso o prazo seja descumprido, caberia aos tribunais promover a escolha de seus novos integrantes. Escolhido por sorteio para apreciar a ação, o ministro Teori Zavascki a rejeitou. Mas as entidades da magistratura entraram com agravo, pedindo que ela seja submetida ao plenário. Informalmente, alguns ministros já manifestaram a disposição de votar favoravelmente.

Além do descontentamento que causou no STF e nas entidades da magistratura, a demora de Dilma na indicação do sucessor de Joaquim Barbosa a deixou vulnerável a ataques políticos. Sem esconder o objetivo de retirar da presidente o poder

de indicar mais ministros para o Supremo durante seu segundo mandato, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, anunciou que colocará em votação a chamada PEC da Bengala – uma Proposta de Emenda Constitucional que aumenta de 70 para 75 anos a idade máxima de permanência no serviço público. Se for aprovada, ela beneficiará os ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, Teori Zavascki e Rosa Weber, que completarão 70 anos até 2018. Eles poderiam continuar no cargo e seus substitutos só seriam escolhidos pelo próximo presidente da República.

28 FEV 2015

IMPACTO PARANÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO NÓIS É NÓIS E O RESTO É...



Fábio Camargo



Nestor Batista



Ivens Linhares



Fernando Guimaraes



Ivan, Artagão e Durval Amaral

Transformados em verdadeiros marajás, cujos privilégios adquiridos de imediato, ou com efeito retroativo como se pretende agora, conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná deram, nos últimos dias, um verdadeiro tapa na cara dos paranaenses.

A aprovação do Pleno do TCE-PR, de um auxílio moradia de R\$ 4,337,74, sem a necessidade de prestação de contas, garante aos 7 conselheiros, mais 10 procuradores e 4 auditores, num total de 20 privilegiados antes da vida pública, uma substancial ajuda que se soma a seus polpidos salários e outras verbas de representação, em situação de verdadeiro deboche a situação de penúria que vive o Estado do Paraná.

Garantidos pela Ação ordinária 1773 do STF, definida em Março de 2014, cerca de 800 Juizes e desembargadores do TJ-PR, já somam a seus salários que chegam a núme-

ros privilegiados ante a situação econômica dos demais brasileiros.

Justamente no momento em que o governo se viu sitiado pelo professorado, reclamando a penúria de toda uma classe, a decisão do Pleno do TCE-PR, através do conselheiro Fernando Guimarães, com aprovação dos demais conselheiros, Ivens Linhares, Durval Amaral, Artagão de Matos Leão, Nestor Baptista, Ivan Bonilha, e até Fábio Camargo que embora afastado continua recebendo totalmente tudo que diz respeito a função, chocou a população em geral.

Gerando discussões entre legal e ilegal, inclusive em relação a garantia constitucional dada desde 1988 com a nova Constituição, garantindo o privilégio de conselheiros do TC se considerarem juizes equiparados as mais altas côrtes do país, embora tais instituições fossem até aquele momento simples apêndices das Assembleias

Legislativas para auxiliar os deputados na vigilância das contas públicas, os régios benefícios das principais instituições judiciais do país se estenderam a tais eleitos para privilegiados cargos que tem escolha política direta.

Verdadeiros marajá, como passaram a ser vistos há algum tempo os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados, caso do Paraná, ressaltando-se as devidas ressalvas que eles tanto gostam, pois a prestação de serviços não está em discussão, os privilegiados marajás sentiram a oportunidade errada para aplicação deste auxílio moradia como contribuição do bolso dos contribuintes as suas rendas.

Com a falta de prestação de contas, que beneficia principalmente o que já possuem moradia nas próprias cidades onde funcionam as sedes dos tribunais, fica claro que certas coisas na vida pública deste país viraram um verdadeiro deboche.

CONTINUA

IMPACTO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

RETROATIVO

28 FEV 2015

Transformada em realidade em Março de 2014, esta decisão de auxílio moradia que caiu do céu para os privilegiados integrantes do Tribunal de Contas do Paraná, tem efeito retroativo.

Que, inclusive, já teria pago neste início de ano, ou quem sabe até antes, tendo a decisão do Pleno do TC nos últimos dias sido apenas uma legalização para o ato que escandalizou não apenas o professorado mas os paranaenses em geral.

Com especulações de que cada conselheiro, auditor e procurador do TC já teriam recebido algo do que uns quatrocentos mil a mais, aproximadamente, por conta dos dez meses em que passou a valer a ação do STF que criou este auxílio, fica ainda mais revoltante a situação pois ela acontece justamente no momento de maior penúria das finanças estaduais e nacionais.

Pelo sim, pelo não, o fato é que nenhum conselheiro, auditor ou procurador do TC está a fim de abrir mão deste algo mais que só eles tem direito, ficando claro que se já não receberão certamente daqui a pouco a conta estará caindo nas costas dos paranaenses e brasileiros.

Como se vê, neste país cada um arruma um jeitinho de criar o seu próprio "Mensalão".

Ou "Petrolião"

Isto sem esquecer que, ação de Juizes e Desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná já cuidam para a possibilidade de que tal auxílio moradia tenha efeito retroativo de mais cinco anos, pelo menos.

CONTINUA

IMPACTO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

CARTA DO LEITOR

28 FEV 2015

DEBOCHE X IMORALIDADE

Confesso que tenho sentido nojo no início deste ano de 2015, pelo que vem acontecendo a nível nacional, mas mais recentemente, particularmente, com o que vem acontecendo no nosso estado do Paraná.

Esta semana que passou, no mesmo dia em que professores da rede pública estavam acampados em frente ao Palácio Iguazu, a 100 metros do "camping", o Tribunal de Contas aprovou a concessão de auxílio moradia para seus conselheiros, auditores e procuradores num valor de R\$ 4.337,74 por mês.

Serão 20 beneficiados, totalizando pouco mais de 1 milhão por ano. Ora pois, a mídia fez um estardalhaço, mas o que não divulgam, ou desconhecem, é que desde fevereiro de 2014 o então presidente dessa Austera Corte, Artagão de Mattos Leão, instituiu vale alimentação para TODOS os seus funcionários num valor de R\$ 710,00 por mês. Considerando que são cerca de 300 funcionários, isso totaliza R\$ 2.556.000,00 por ano, 2 vezes e meia o valor do auxílio moradia, recentemente aprovado. Agora, o mais interessante e ridículo, foi a declaração dada pelo presidente Artagão à época, de que estava concedendo tal vale, devido ao exíguo tempo que os funcionários têm entre um expediente e outro. É sabido que a maioria dos funcionários do TCE-PR cumprem meio expediente, e que esse regime lá é de 3 horas por dia, com grande parte dos

salários excedendo os 20 mil/mês. Onde reside a exiguidade de tempo para tal concessão a esses "mal" remunerados funcionários?

No Tribunal de Justiça, os 800 juizes e desembargadores recebem já há alguns meses, R\$ 4.400,00 por mês de auxílio moradia, perfazendo um total de R\$ 42.240.000,00 por ano (Isso mesmo, muito mais que ganhar sozinho na Mega Sena). E se não bastasse essa pouca vergonha, a Associação dos Magistrados do Paraná requereu o pagamento de tal barbaridade, retroativo a 5 anos!

Agora o que me deixa mais indignado em todo esse festival de benesses, é que todos os recursos vêm de uma única fonte, sendo que a repartição da verba orçamentária destina 3% da receita corrente líquida do estado para o Tribunal de Contas e 6% para o Poder Judiciário.

Sinceramente é difícil compreender, se o Executivo com essa crise não consegue pagar o 1/3 de férias, se o secretário da Fazenda declara que não sabe se terá recursos para pagar o salário de fevereiro ao funcionalismo, não seria o caso de reverem esse percentual de repasses aos outros poderes? Pelo que vemos, está sobrando muito lá, e faltando cá! Simples assim? Infelizmente não! Como disse no início, o fato de o Conselheiro Fernando Guimarães ter submetido ao Pleno (eita nome bonito) daquela Corte Austera e Proba, exatamente no dia que os professores es-

tavam acampados na frente do Palácio do Governo, me parece uma afronta, ou no mínimo o título deste meu texto: Isso é deboche, debochar em cima da imoralidade? É isso que o senhor quer, senhor relator Fernando Guimarães, é isso que o senhor quer, senhor presidente Ivan Bonilha? É isso que o bravo povo paranaense quer???

Questiono-me ainda o porquê da concessão desse vultoso benefício somente à essa categoria do funcionalismo, o que eles tem de diferente? A missão desses "seres" seria eventualmente mais nobre, difícil, trabalhosa e meritória que a dos professores, médicos e demais profissionais da educação e da saúde, entre outras que não foram incluídas?

Bem, vou parando por aqui, que minha pressão arterial subiu...

Espero ter contribuído, e que esse meu desabafo sirva para alguma coisa!...

Atenciosamente.

Geraldo Souza, aposentado indignado.